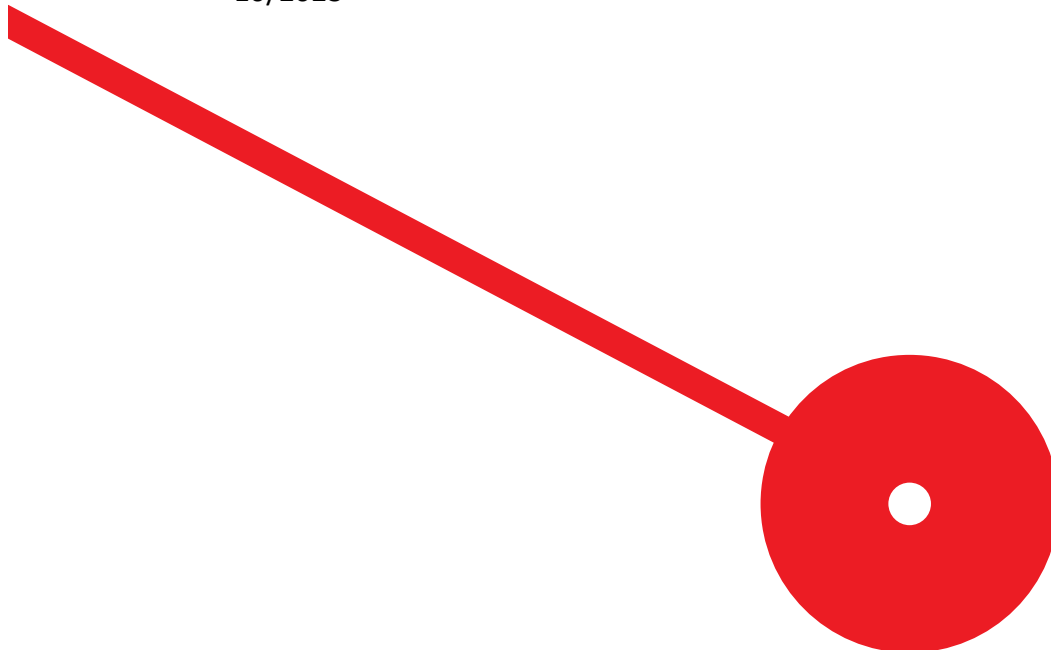




Divulgação dos ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 - grau de divulgação das empresas em Portugal

Vítor Manuel Ribeiro Alves

10/2023

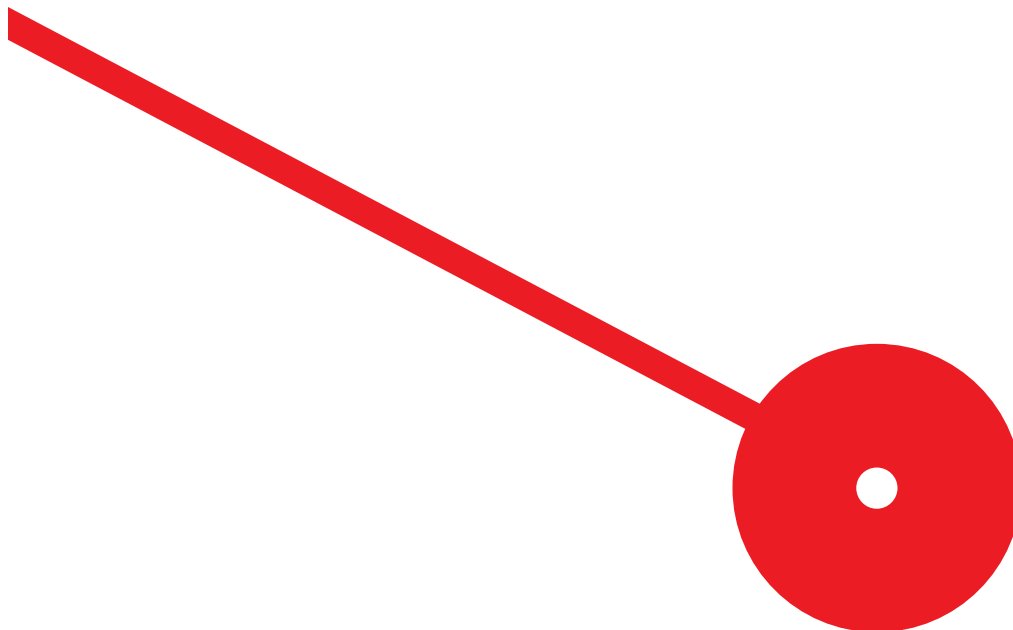


Versão final (Esta versão contém as críticas e sugestões dos elementos do júri)

Divulgação dos ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 - grau de divulgação das empresas em Portugal

Vítor Manuel Ribeiro Alves

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação da Professora Doutora Cláudia Maria Ferreira Pereira



Resumo

A presente investigação tem como objetivo quantificar a conformidade das práticas contabilísticas de mensuração e divulgação com as normas internacionais de contabilidade. Especificamente, este estudo analisa o grau do cumprimento dos requisitos de divulgação e de mensuração dos ativos fixos tangíveis de acordo com a *International Accounting Standard 16* (IAS 16), integrado no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Outro objetivo consiste em analisar quais as determinantes dessa conformidade. A amostra compreende empresas portuguesas ativas, que adotem o SNC (IFRS Portugal), cujo número médio de trabalhadores do último ano seja pelo menos 50, para o ano 2021, disponíveis na plataforma SABI. Assim, durante a investigação foram realizados questionários às empresas da amostra, de forma a verificar se os requisitos da IAS 16 estão a ser cumpridos pelas entidades nacionais. Em concordância com o princípio da consistência, foram incluídas empresas cujos dados financeiros já estariam reportados na plataforma SABI, para o ano de 2022. Deste modo, a amostra compreende 166 respostas relativas a 2021 e 116 empresas de 2022. Através de um índice de cumprimento, das 282 observações, foi obtido o cumprimento médio dos requisitos da IAS 16 de 54%.

Considerando a revisão da literatura e os fundamentos de algumas teorias explicativas da divulgação, foram desenvolvidas cinco hipóteses explicativas que influenciam o nível de divulgação, nomeadamente: a dimensão da empresa, o endividamento, o tipo de auditor, a rendibilidade e a liquidez. A evidência empírica mostra que o tamanho da empresa foi a variável explicativa mais influente e na conformidade de mensuração o endividamento tende a afetá-la positivamente, sendo consistente com a teoria de agência, ou seja, a maior qualidade do relato financeiro reduz a assimetria de informação entre os agentes económicos que estão na empresa e os externos. Assim, este resultado sugere que a qualidade da informação tende a ser mais elevada e por isso menos sujeita à gestão dos resultados nas práticas de mensuração do que nas práticas de divulgação.

Palavras chave: IAS 16, Ativos Fixos Tangíveis, Divulgação e Mensuração, Grau de Cumprimento.

Abstract

The present investigation aims to quantify the conformity of accounting measurement and disclosure practices with international accounting standards. Specifically, this study analyzes the degree of compliance with disclosure and measurement requirements for tangible fixed assets in accordance with International Accounting Standard 16 (IAS 16), integrated in the Notes to the consolidated financial statements.

Another objective is to analyze the determinants of this conformity. The sample comprises active Portuguese companies adopting the SNC (IFRS Portugal), whose average number of employees in the last year is at least 50, for the year 2021, available on the SABI platform. Then, during the research, questionnaires were sent to the companies in the sample to check whether the requirements of IAS 16 are being met by the national entities. In line with the principle of consistency, companies were included whose financial data would already be reported on the SABI platform for 2022. The sample therefore comprises 166 responses for 2021 and 116 companies for 2022. An average compliance rate of 54% was obtained from the 282 observations.

Considering the literature review and the foundations of some theories explaining disclosure, five explanatory hypotheses were developed that influence the level of disclosure, namely: company size, indebtedness, type of auditor, profitability and liquidity. The empirical evidence shows that the size of the company was the most influential explanatory variable and in measurement compliance, debt tends to affect it positively, being consistent with the agency theory, that is, the higher quality of financial reporting reduces the asymmetry of information between economic agents within the company and external ones. Thus, this result suggests that the quality of information tends to be higher and therefore less subject to results management in measurement practices than in disclosure practices.

Key words: IAS 16, Tangible Fixed Assets, Disclosure and Measurement, Compliance Degree.

Agradecimentos

Quero manifestar o meu agradecimento a todas as pessoas que me acompanharam ao longo desta jornada e que de alguma forma contribuíram para a minha motivação e resiliência.

Primeiramente, quero agradecer à minha orientadora Professora Doutora Cláudia Pereira por todo o aconselhamento e disponibilidade durante a presente dissertação. As suas críticas e partilha de conhecimentos tiveram um enorme contributo no enriquecimento deste estudo. Muito obrigado!

À minha família, quero demonstrar a minha gratidão por todo o alento e paciência nos momentos mais difíceis. Um agradecimento especial à minha esposa e às minhas filhas, que durante estes meses sentiram a minha ausência, mas tiveram um peso determinante na minha força e determinação para a conclusão desta dissertação.

Por último, agradeço aos meus colegas de curso e colegas de trabalho que me apoiaram e aconselharam ao longo desta jornada.

Lista de Abreviaturas

CE – Comissão Europeia

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

EUA – Estados Unidos da América

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

IAS – *International Accounting Standards Board*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IASC – *International Accounting Standards Committee*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

IOSCO – *International Organization on Securities Commission*

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados

PWC – *PriceWaterhouseCooper*

SABI – *Sistema de Análise de Balanços Ibéricos*

SEC – *Securities and Exchange Commission*

SIC – *Standard Interpretations Committee*

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SWOT – *Strengths Weaknesses Opportunities and Threats*

UE – União Europeia

US GAAP – *Generally Accepted Accounting Principles (United States)*

Índice Geral

Capítulo I - Introdução	1
Capítulo II – Revisão da Literatura.....	4
2.1 Harmonização contabilística internacional.....	5
2.2 Teoria Positiva da Contabilidade.....	8
2.3 Teoria da Agência.....	11
2.4 Qualidade da Informação Financeira.....	14
2.4.1 Características Qualitativas da Informação Financeira	14
2.4.2 Estimativas da Qualidade dos Resultados Contabilísticos	16
2.5 <i>A International Accounting Standard 16</i>	18
2.5.1 Reconhecimento	21
2.5.2 Mensuração inicial.....	21
2.5.3 Mensuração subsequente	22
2.5.4 Desreconhecimento	25
2.5.5 Divulgação.....	25
2.6 Revisão de estudos sobre a adoção da IAS.....	27
2.7 Revisão de estudos sobre o grau de cumprimento das <i>International Accounting Standard 16</i>	29
2.8 Hipóteses de investigação.....	30
Capítulo III – Metodologia de Investigação Empírica	36
3.1 Definição da Amostra.....	37
3.1.1 Definição das variáveis.....	39
3.1.2 Modelo OLS	40
3.2 Questionário	40
3.3 Modelo econométrico	42
Capítulo IV – Resultados Empíricos e a sua Análise	44
4.1 Análise de Estatísticas Descritivas	45

4.2	Análise Bivariada	46
4.3	Resultados de Estimação	47
Capítulo V – Conclusões		51
Referências bibliográficas		54
Apêndices.....		65
	Apêndice I – Questionário	66
	66
	Apêndice II – E-mail enviado para as empresas	71

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Conceitos aplicados aos ativos fixos tangíveis	20
Tabela 2 - Hipóteses de investigação.....	35
Tabela 3 - Fórmulas usadas para as variáveis independentes.....	39
Tabela 4 – Questionário	41
Tabela 5 - Estatísticas Descritivas	45
Tabela 6 - Coeficientes de correlação de Pearson.....	46
Tabela 7 - Resultados do modelo de regressão para índice de conformidade global ..	47
Tabela 8 - Resultados do modelo de regressão para índice de conformidade de divulgação.....	48
Tabela 9 - Resultados do modelo de regressão para índice de conformidade de mensuração	49

Índice de Figuras

Figura 1 - Amostra	38
---------------------------------	-----------

Nos últimos anos têm sido desenvolvidos vários esforços, através de criação de normas, para a convergência de sistemas contabilísticos entre as nações, de forma a proporcionar a comparação das demonstrações financeiras e facilitar as transações internacionais.

Estas normas permitem preparar e divulgar informações contabilísticas para os seus utilizadores de acordo com o normativo internacional, diminuindo possíveis divergências na interpretação das demonstrações financeiras e contribuindo, deste modo, para uma melhor interpretação dos dados e tomada de decisão.

Os ativos fixos tangíveis, prescritos nas normas internacionais de contabilidade, IAS 16, é um fator cada vez mais importante nas demonstrações financeiras das empresas. Esta norma, utilizada a nível mundial, tem evoluído ao longo dos anos, acomoda e aborda questões de inconsistência e diversos métodos de tratamento (Epizitone, 2021).

Deste modo, a regulamentação do tratamento dos ativos fixos tangíveis proporciona uma imagem verdadeira e apropriada e capacita as empresas de fornecerem informações imparciais sobre atividades que afetam o valor intrínseco de uma empresa (Ekholm & Trobeg, 1998).

O presente estudo incide sobre os ativos fixos tangíveis, que é uma das áreas de relato da generalidade das empresas, pretende por um lado analisar e quantificar o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação exigidos pela *International Accounting Standard 16* (IAS 16), e por outro lado analisar os determinantes desse cumprimento como a dimensão da empresa, o endividamento, o tipo de auditor, a rendibilidade e o grau de liquidez. Para esse efeito foi elaborado um questionário dirigido às empresas portuguesas disponíveis no SABI, culminando numa amostra de 282 empresas.

Esta dissertação diferencia-se de outros estudos, pois abrange períodos mais recentes e os resultados são desdobrados por mensuração e divulgação dos ativos fixos tangíveis. Globalmente, espera-se que os fatores em análise tenham intervenção positiva sobre o índice de conformidade e que os resultados sejam consistentes com outros estudos.

Desta forma, este trabalho está organizado em cinco capítulos. Primeiramente, será apresentada uma breve introdução ao tema. No segundo capítulo desenvolver-se-á a revisão de literatura, onde será justificado o presente estudo. Este capítulo encontra-se dividido em oito pontos essenciais como a harmonização contabilística internacional, a teoria positiva da contabilidade, a teoria da agência, a qualidade da informação financeira, a *International*

Accounting Standard 16, uma breve revisão de estudos sobre a adoção da IAS, a revisão de estudos sobre o grau de cumprimento das *International Accounting Standard 16* e as hipóteses de investigação desenvolvidas. Nos capítulos três e quatro será demonstrada a metodologia de investigação empírica, os resultados obtidos e a sua análise. Por fim, no capítulo cinco, serão apresentadas as conclusões, onde incluirá uma breve síntese do estudo, as suas contribuições, limitações e sugestões para investigações futuras.

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Harmonização contabilística internacional

Os sistemas jurídicos combinados com outras diferenças políticas e económicas criaram uma grande diversidade de sistemas contabilísticos e origina dificuldade na comparação dos relatórios financeiros. A Europa é o maior exemplo de diferentes sistemas jurídicos, como o inglês, o alemão, o francês e o escandinavo, com sistemas de contabilidade diversos e específicos de cada país (Soderstrom & Sun, 2007). Desta forma, Shil et al. (2009) defenderam que política contabilística deve de ser padronizada entre as nações para permitir que os ganhos da economia global sejam plenamente realizados. Assim, a harmonização das normas contabilísticas ajudará a economia mundial a facilitar as transações internacionais, minimizando os custos de câmbio, fornecendo informações cada vez mais credíveis aos seus utilizadores, a padronizar as informações para os formuladores de políticas económicas mundiais, a aprimorar as informações dos mercados financeiros e a melhorar a responsabilidade do governo. Desde a década de 80, a harmonização contabilística internacional é descrita como significativa, especialmente para os países em desenvolvimento e para o seu desenvolvimento económico (Wolk et al., 1989). Nobes (1996a) realçou o esforço de harmonização, descrevendo-o como um processo do tipo governamental suportado pelo poder político. Neste sentido, foi alcançada a autoridade normativa, com uma forte tendência de cumprimento e com o objetivo de quebrar uma barreira e superar os princípios de dois sistemas contabilísticos radicalmente opostos, como o continental e o anglo-saxónico.

De acordo com Shil et al. (2009), o *International Accounting Standards Committee* (IASB), constituído em 1973, passou por diversas fases ao longo do tempo até chegar à fase atual. Na primeira fase, de 1970 a 1990, decorreram os primeiros esforços para harmonizar a legislação dos diferentes Estados-Membros. Este período distingue-se pela aprovação das Diretivas Comunitárias e pela sua implementação nos Estados-Membros. As diretivas da Comissão Europeia (CE) tinham como objetivo tornar as demonstrações financeiras cada vez mais comparáveis em termos de formato e regras gerais de registo. A Quarta Diretiva, promulgada em 1978, e a Sétima Diretiva, promulgada em 1983, formam as diretivas mais influentes durante as fases iniciais da convergência das demonstrações financeiras da UE. A Quarta Diretiva especifica “imagem verdadeira e apropriada” como princípio primordial da informação financeira e define o formato e medição dos balanços e declarações de rendimentos (Soderstrom & Sun, 2007). A “imagem verdadeira e apropriada” é um conceito amplo no qual as contas são relatadas com o objetivo de fornecer informações imparciais

sobre atividades que afetam o valor intrínseco de uma empresa (Ekholm & Trobeg, 1998). A Sétima Diretiva aborda questões associadas às consolidações, em que estabelece requisitos para a consolidação e aplica o princípio da Quarta Diretiva às demonstrações consolidadas (Soderstrom & Sun, 2007).

Mais tarde, em 1995, a IASC celebrou um acordo com a *International Organization on Securities Commission* (IOSCO) com a missão de completar o “conjunto central abrangente de Normas”. Já em 1997, foi criado o *Standard Interpretations Committee* (SIC) de forma a dar uma orientação adequada sobre como interpretar as normas. Após 2 anos (1999), foi aprovada uma proposta para fazer mudanças na estrutura do Comité com o objetivo de alcançar a convergência global. Em 2000, a IOSCO aceitou 30 Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) essenciais e consumou a aceitação e o reconhecimento da IASC como organismo de normalização contabilística mundial. No final dos anos 90, a adoção voluntária das normas internacionais de contabilidade deveu-se às necessidades de capital por parte das empresas, principalmente de investimento estrangeiro nas suas ações. Outra razão para o aumento da adoção voluntária das NIC foi o facto de as normas terem tornado melhores (Soderstrom & Sun, 2007). Por fim, em 2001, surgiu o *International Accounting Standards Board* (IASB), para desenvolver e prescrever normas para o tratamento de vários itens na preparação e apresentação das demonstrações financeiras, através da reforma do IASC.

Segundo Camfferman e Stephen (2018), desde 2001 a 2004 o novo IASB funcionou como um órgão exclusivamente do setor privado, programado para permitir que um conselho independente de especialistas desenvolvesse normas contabilísticas que seriam aceites com base na sua qualidade. Outros autores relatam a história da harmonização internacional. Segundo Piotr e Milos (2021), as *International Financial Reporting Standards/International Accounting Standards* (IFRS/IAS) apresentam normas contabilísticas que permitem aos utilizadores compararem e utilizarem a informação financeira corporativa internacionalmente. Por conseguinte, mais de 160 países expressaram intenções ou adotaram as IFRS nos seus relatórios financeiros. Por curiosidade, o Parlamento Europeu adotou o regulamento normativo em 19 de julho de 2002, mas apenas o aplicou em 2005. Nesse mesmo ano, países como a Austrália, a África do Sul e a União Europeia, devido ao processo de globalização, foram deliberados a usar as IFRS para as suas empresas cotadas em bolsa. Embora a adoção das IFRS não fosse obrigatória até 2005, no final dos anos 90, as empresas de alguns países europeus foram autorizadas a utilizar as IAS como um substituto das normas contabilísticas nacionais (Soderstrom & Sun, 2007). Em 27 de Fevereiro de 2006, o FASB

e o IASB assinaram ainda um Memorando de Entendimento onde confirmaram os objetivos comuns com a finalidade de desenvolver normas contabilísticas de alta qualidade.

Em 2008, o aparecimento da crise financeira coincidiu com o anúncio dos planos da SEC para a adoção das IFRS pelos EUA e dificultou o cumprimento dos objetivos para completar os projetos do Memorando de Entendimento até 2011. A adoção das IFRS a nível internacional ficou cada vez mais complicada. Contudo, países como o Brasil, o Canadá e a Coreia do Sul, completaram os requisitos para a utilização obrigatória das IFRS. No caso da China manteve a sua política de convergência de normas nacionais com as IFRS, enquanto no Japão, o número de empresas cotadas com reporte voluntário com base nas IFRS tem vindo a aumentar (Camfferman & Stephen, 2018). No entanto, os membros da UE foram os primeiros países a avançarem com harmonização das normas contabilísticas (Soderstrom & Sun, 2007).

Com o aumento dos negócios internacionais globais e decisões de financiamento, tornou-se vital a definição de padrões de relatórios financeiros comuns. O objetivo das demonstrações financeiras é de fornecer informações transparentes e úteis, de forma a reduzir a complexidade e custos de transação e elevar a compreensibilidade, relevância, confiabilidade, comparabilidade e o investimento internacional (Erdem et. al., 2017 e Iatridis, 2010). As IFRS também ajudam os investidores a tomar decisões financeiras informadas e a fazer previsões de futuro para um firme desempenho financeiro (Iatridis, 2010).

Hellmann e Patel (2021) definiram as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) como um conjunto de normas contabilísticas, que foram desenvolvidas para um mercado global, como meios importantes para melhorar a comparabilidade das demonstrações financeiras entre países.

Schipper (2005) relata que o esforço de convergência do IASB/FASB envolveu o projeto de curto prazo, que se destina a remover muitas das numerosas diferenças individuais entre os relatórios financeiros internacionais e as *Generally Accepted Accounting Principles* (US GAAP). Uma vez que a partir de 2005 as empresas cotadas na União Europeia foram obrigadas a adotar as IFRS, verificou-se que estas variam pelo tamanho, estrutura de propriedade, estrutura de capital, jurisdição política e sofisticação dos relatórios financeiros. Kim e Chung (2008), citados por Luty e Petkovic (2021), também salientam a importância da adoção das IFRS e o seu impacto sobre a qualidade futura da informação financeira. Por

outro lado, Holthausen (2009), Bradshaw e Miller (2008), Soderstrom e Sun (2007), consideram que a adoção internacional das IFRS sempre resultará em diferenças no relato financeiro, seja entre empresas ou entre países. Este ponto de vista manifesta-se nas diferentes exigências a que as organizações estão sujeitas, relativamente aos fatores envolventes, que acabam por contrariar as próprias normas. Desta forma, influenciam a sua aplicação e dificultam a correta análise do impacto que a alteração das normas contabilísticas podem ter na qualidade da informação financeira.

2.2 Teoria Positiva da Contabilidade

A teoria da contabilidade pode ser formulada como uma combinação de conceitos, definições e proposições que apresentam uma descrição sistemática de fenómenos contabilísticos, bem como o fundamento da relação entre variáveis na estrutura contabilística, para poder prever fenómenos sociais e económicos (Patty et al., 2021). Segundo Watts e Zimmerman (1986), esta teoria é um resultado de duas teorias de base económica: a teoria da empresa e a teoria da regulação.

Watts e Zimmerman (1988), citados por Chambers (1993), argumentaram que a contabilidade tradicional é um sistema de custos históricos que proporciona uma base para a contratação financeira. Neste sentido, a contabilidade, em vez de ser uma representação fiel de realidade económica, torna-se a própria realidade.

Com base nos seus objetivos, a teoria da contabilidade pode ser dividida em dois tipos: a teoria normativa ou prescritiva da contabilidade, que fornece uma fórmula para a prática contabilística, e a teoria positiva da contabilidade, que procura explicar e prever os acontecimentos relacionados com a contabilidade (Ghozali & Anis, 2007, citado por Patty et al., 2021).

A teoria normativa da contabilidade procura explicar o tratamento contabilístico de acordo com o normativo. Deegan (2004), citado por Patty et al. (2021), esclarece que as teorias normativas prescrevem como uma determinada prática deve ser realizada e essa prescrição pode ser um afastamento significativo da prática existente. Ghozali e Chariri (2007), citado por Patty et al. (2021), afirmam que teoria normativa tenta fornecer diretrizes sobre o que deve ser feito com base nos julgamentos de valor usados na formulação da teoria. Por outro lado, Chambers (1993), considera que o termo “normativo” tem sido usado de

forma pejorativa, embora, ocasionalmente, seja admitido que as proposições normativas não são importantes. Desta forma, a teoria normativa não pode ser testada empiricamente porque é impossível provar empiricamente o que deveria ser (Patty et al., 2021).

A teoria positiva da contabilidade é um estudo mais aprofundado da teoria da contabilidade por causa da falha normativa em explicar eventos práticos que ocorrem em termos reais (Hery, 2009, citado por Patty et al., 2021) e, baseia-se no pressuposto de uma economia central, de que todas as ações individuais são controladas pelo interesse próprio e que os indivíduos agem oportunamente de maneira a melhorar o seu bem-estar (Deegan, 2004, citado por Patty et al., 2021).

Jensen (1976), citado por Christenson (1983) e Patty et al. (2021), declarou que o desenvolvimento de uma teoria positiva da contabilidade elucida porque é que a contabilidade é o que é, porque é que os contabilistas fazem o que fazem, e quais os efeitos que estes fenómenos têm sobre pessoas e utilização de recursos.

O tema central da teoria positiva da contabilidade está na escolha do método contabilístico e nas construções económicas no domínio dos relatórios financeiros (Demski, 1988). A maioria dos estudos de escolha contabilística tenta explicar a escolha de um único método contabilístico, por exemplo, a escolha da depreciação, em vez da escolha de combinações de métodos contabilísticos. Concentrar-se em um único método contabilístico reduz o poder dos testes, pois os gerentes estão preocupados em como a combinação de métodos afeta os ganhos, em vez do efeito em apenas um método específico (Watts & Zimmerman, 1990).

Os primeiros estudos empíricos de escolhas contabilísticas investigaram o impacto de variáveis relacionadas com planos de incentivo baseados em ganhos, endividamento e o processo político que afeta a empresa (Watts & Zimmerman, 1986).

As principais hipóteses testadas são as seguintes:

- i) Hipótese dos planos de incentivo;
- ii) Hipótese do grau de endividamento;
- iii) Hipótese dos custos políticos.

A hipótese do plano de incentivo declara que as empresas com planos de incentivo escolhem métodos contabilísticos, de modo a aumentar os ganhos do período corrente (Watts

& Zimmerman, 1990). Esta teoria será capaz de explicar ou prever o comportamento da gestão em termos de programas de incentivo e baseia-se na maximização da riqueza por parte dos gerentes, em prejuízo dos acionistas. Se os gerentes recebem incentivos com base nos ganhos contabilísticos relatados, os gerentes têm um estímulo para usar políticas contabilísticas que maximizem a receita (Patty et al., 2021). Por exemplo, um plano de incentivo nem sempre concede aos gerentes incentivos para aumentar os ganhos. Se, na ausência de mudanças contabilísticas, o lucro ficar abaixo do nível mínimo exigido para o pagamento de um incentivo, os administradores têm estímulo para reduzir o lucro neste ano porque provavelmente nenhum incentivo será pago. Desta forma, aumentam os lucros e os incentivos esperados em períodos futuros (Watts & Zimmerman, 1990).

A hipótese de endividamento determina que as empresas com rácios de endividamento-capital mais elevados escolhem os procedimentos contabilísticos de modo a transferir os ganhos de períodos futuros para o período atual (Kabir, 2011). Os estudos de Smith e Warner (1979) tiveram como objetivo identificar as principais cláusulas que foram inseridas nos contratos de empréstimos. Concluíram que, algumas das cláusulas mais comuns tinham como principal finalidade a não redução do valor da empresa. Duke e Hunt (1990) finalizam que os índices de dívida estão correlacionados com a proximidade do vínculo das cláusulas assumidas na hipótese de endividamento.

A hipótese dos custos políticos prevê que as entidades de grande dimensão adotam métodos contabilísticos de forma a desviar os ganhos do período atual para períodos futuros (Kabir, 2011). O tamanho da empresa é um variável *proxy* para atenção política. Jensen e Meckling (1976) e Watts e Zimmerman (1978) estudaram a influência do governo nas empresas, por promulgação de leis, impostos e taxas. Concluíram que as empresas maiores estão mais sujeitas a implicações governamentais e têm mais a perder do que as empresas menores, em virtude dos custos políticos. Por isso, as empresas com maior dimensão, rentabilidade e risco têm custos políticos mais elevados. É possível concluir, com base nos estudos, que as hipóteses dos planos de incentivos, endividamento e custos políticos influenciam negativamente a qualidade da informação financeira.

Os custos de agência associados aos contratos de dívida, remuneração da administração de informações e outros custos de contratação associados ao processo político forneceram as hipóteses testadas nos primeiros estudos empíricos (Watts & Zimmerman, 1990). Os investigadores alegaram que os interesses dos contabilistas, dos gestores e dos políticos

seriam de maximizarem o seu bem-estar e as suas riquezas por via da regulamentação da prática contabilística (Watts & Zimmerman, 1986). Assim, surgiu a suposição da existência do conflito de interesses entre os agentes, identificada como a Teoria da Agência.

2.3 Teoria da Agência

Durante os anos de 1960, alguns economistas exploraram a partilha de riscos entre indivíduos ou grupos (Arrow, 1971 e Wilson, 1968, citados por Eisenhardt, 1989). Esses riscos surgiam quando as partes cooperantes tinham diferentes atitudes em relação ao risco e diferentes objetivos, originando, assim, o chamado problema de agência (Jensen & Meckling, 1976 e Ross, 1973, citados por Eisenhardt, 1989). Apesar de existirem algumas opiniões, o termo “problema de agência” foi usado pela primeira vez por Ross em 1973 (Mitnick, 2015).

A teoria da agência surgiu apenas em 1973 por Ross e Mitnick de forma independente (Mitnick, 2015), mas a revolução industrial é que preparou terreno para a criação de uma teoria como a agência. Com o crescimento rápido das indústrias, foi necessário delegar responsabilidades em gerentes. As ideias sobre a gestão eram relativamente novas e o desenvolvimento da teoria da agência forneceu um meio útil para explicar essas novas questões (Bendickson et al., 2016). Esta teoria tem sido objeto de estudo em várias disciplinas como contabilidade, finanças, economia, direito, ciência política, estratégia ou psicologia organizacional (Zogning, 2017).

A teoria da agência representa um contrato sob o qual uma ou mais pessoas (principal(ais)) contratam outra pessoa (o agente) para executar algum serviço em seu nome, que envolve a delegação de alguma autoridade de tomada de decisão ao agente. Se ambas as partes do relacionamento são maximizadoras de utilidade, então, há boas razões para acreditar que o agente nem sempre agirá pelo melhor interesse do principal (Meckling & Jensen, 1976). As funções do principal são de fornecer capital, assumir riscos e construir incentivos, enquanto o papel do agente abarca tomar decisões em nome do principal e também assumir o risco das suas decisões (Lambert, 2006).

Por outras palavras, esta teoria centra-se no problema entre o agente¹ e o principal, na separação de propriedade e no controlo de uma empresa (Jensen & Meckling, 1976), entre diferentes fornecedores de capital (Smith & Warner, 1979); na separação das funções de risco, na tomada de decisão e controlo nas empresas (Fama & Jensen, 1983) e; visa explicar globalmente os comportamentos organizacionais (Zogning, 2017). Se os indivíduos agem com interesse próprio, então, essas separações produzem conflitos.

A teoria da agência denota que quando os agentes têm património na empresa, eles são mais propensos a adotar as ações desejadas pelos principais como se fossem os próprios (Fama & Jensen, 1983). Eisenhardt (1989) foi mais longe ao teorizar que, quando essas ações são baseadas em resultados, é mais provável que o agente se comporte no interesse do principal.

As relações de agência são geralmente mais complexas e ambíguas do que as relações contratuais, especialmente quando se trata da questão de ética (Zogning, 2017). Desta forma, os principais esperam que os trabalhos dos agentes serão concluídos pelo interesse dos principais (Eisenhardt, 1989 e Jensen & Meckling, 1976), mas nem sempre é assim, pois há fortes suposições que o agente se comportará de maneira oportunista, particularmente se os seus interesses entram em conflito com os do principal (Mitchell & Meacham, 2011, p. 151 e Shapiro, 2005). Estes conflitos surgem porque os contratos de trabalho são imperfeitos, pois nem todas as contingências podem ser explicadas, por exemplo: o monitoramento é difícil e caro, e assim, o principal pode ter dificuldade em fazer valer os seus direitos de propriedade (Eisenhardt, 1989).

Alguns agentes são mais avessos ao risco do que outros e os incentivos funcionam de forma diferente, em diferentes agentes (Shapiro, 2005). Os proprietários geralmente querem que os agentes assumam mais riscos, e os agentes normalmente são avessos ao risco porque a sua riqueza está ligada à entidade (Cochran & Jones, 1985 e Singh & Harianto, 1989, citados por Bendickson, 2016).

Segundo Eisenhardt (1989), as relações de agência estão sob duas proposições. Uma proposição refere que os contratos baseados em resultados são eficazes para reduzir oportunismo do agente. O argumento vincula que os contratos alinham às preferências dos agentes com os do principal porque as recompensas para ambos dependem das mesmas ações

¹ Entenda-se agente por gerentes e acionistas; as partes interessadas incluem funcionários, clientes, fornecedores, credores, comunidades e público em geral (Hill & Jones, 1992).

e, conseqüentemente, os conflitos de interesse próprio entre o principal e agente são reduzidos. A segunda proposição indica que os sistemas de informação também reduzem as oportunidades do agente. O argumento prende-se com a condição de que os sistemas de informação notificam o principal sobre o que o agente está realmente a fazer. Assim, é provável que reduzam o oportunismo do agente porque este vai perceber que não pode enganar o diretor.

Uma das principais observações na teoria da agência designa que todas as ações têm custos reais, assim as correções necessárias para melhorar a qualidade do agente e as ações dos principais têm custos (Mitnick, 2015). Segundo Hill e Jones (1992), o custo de agência é a soma das despesas de monitoramento do principal, a garantia dos gastos do agente e quaisquer perdas residuais.

Outro ingrediente importante na teoria da agência é o reconhecimento de que ambas as partes de um contrato muitas vezes não têm as mesmas informações. Por exemplo, num vínculo de emprego, o empregado sabe melhor do que o empregador o grau de diligência com que trabalhou. A situação comum em que as partes de um contrato têm informações diferentes é chamada de condição de informação assimétrica (Nooren, 1988; Stiglitz, 1985 e Vernimmen et al., 2015, citados por Zogning, F., 2017).

Do ponto de vista da teoria da agência, há vários controlos e mecanismos que podem ser utilizados para atenuar assimetrias de informação e informação de risco. Estes mecanismos permitem uma melhor supervisão da atividade de gestão, o que atenua o comportamento oportunista dos gestores, tais como a qualidade e divulgação de relatórios financeiros (Bushman & Smith, 2001; Healy & Palepu, 2001 e Hope & Thomas, 2008). A redução de incerteza e assimetria de informação suavizariam a comunicação entre gestores e outras partes interessadas que se relacionam. Isto tende a reduzir os custos de agência que de outra forma poderiam surgir (Bushman & Smith, 2001 e Healy & Palepu, 2001), e, por sua vez, tendem a propagar um aumento de devoluções de ações (Gelb & Zarowin, 2002). Desta forma, consegue-se obter custos mais baixos na emissão de capital próprio (Glosten & Milgrom, 1985 e Diamond & Verrecchia, 1991) e dívida (Clarkson & Thompson, 1996; Sengupta, 1998 e Botosan & Plumlee, 2002).

A informação assimétrica entre as partes interessadas pode explicar o sobreinvestimento e subinvestimento. Jensen e Meckling (1976) mencionam que a discrepância de interesses entre acionistas e falta de controlo dos gestores pode levar a direção de uma empresa tentar

maximizar os seus interesses pessoais, fazendo investimentos que podem não ser adequados para acionistas.

De acordo com a teoria da sinalização, os problemas de assimetria de informação e informação nos mercados mostram como esta assimetria pode ser reduzida pelo indivíduo com mais informação, sinalizando-a a outros. A teoria da sinalização prevê que as empresas de maior qualidade escolherão políticas contabilísticas que permitam revelar a sua qualidade superior, enquanto as empresas de menor qualidade escolherão métodos contabilísticos que tendem a esconder a sua menor qualidade. As empresas de maior qualidade optam voluntariamente por relatórios que revelem o perfil de risco/retorno superior das suas operações e previsão de lucros, contrariamente às empresas de menor qualidade (Morris, 1987).

Jensen e Meckling (1976) consideram que os conflitos de agência podem ser mitigados pelo aumento da gestão de propriedade do património.

2.4 Qualidade da Informação Financeira

2.4.1 Características Qualitativas da Informação Financeira

Na literatura contabilística, muitos estudos mensuram a qualidade dos relatórios financeiros através de influências externas sobre os mesmos. Estudos mostram que a qualidade dos relatórios financeiros está associada a muitas e diferentes influências como a governação, a profissão de contabilista, os fatores económicos, as forças internacionais, a fiscalidade e as influências políticas (Gajevszky, 2015). Por outro lado, Herath e Albarqi (2017) consideram que a reputação da empresa, a cultura, a ética empresarial, a idade dos diretores executivos, o tamanho e a idade da empresa são elementos preponderantes que influenciam a qualidade das demonstrações financeiras.

O princípio essencial da avaliação da qualidade da informação financeira está relacionado com a fidelidade dos objetivos e da qualidade da informação divulgada nos relatórios financeiros de uma empresa. (Gajevszky, 2015). De acordo com o FASB e o IASB, as características qualitativas da informação financeira inclui a relevância, fiabilidade, compreensibilidade, comparabilidade, verificabilidade e atualidade.

A relevância está intimamente associada aos termos utilidade e materialidade. A relevância ilustra a capacidade de tomada de decisões pelos utilizadores (Herath & Albarqi, 2017).

A fiabilidade é outro fator crítico da qualidade dos relatórios financeiros. Nestes relatórios, a informação deve ter a qualidade de fiabilidade de modo a ser útil. Esta qualidade é alcançada quando a informação, da qual os utilizadores dependem, é livre de preconceitos e erros materiais. Além disso, permite refletir e representar a posição económica real da informação financeira que tem sido relatada (Herath & Albarqi, 2017). De acordo com Willekens (2008), citado por Herath e Albarqi (2017), os investigadores concluíram que o relatório dos auditores acrescenta valor à informação financeira, e fornecem uma garantia razoável sobre o grau em que o relatório anual representa fielmente os acontecimentos económicos. A fiabilidade é analisada com base nas qualidades de fidelidade, verificabilidade, e informação neutra (Cheung et al., 2010). O FASB considera que a fiabilidade é um dos fatores críticos para a qualidade da informação contabilística (Herath & Albarqi, 2017).

A comparabilidade é o conceito de permitir aos utilizadores comparar demonstrações financeiras para determinar a posição, fluxo de caixa e desempenho de uma entidade. Esta comparação permite que os utilizadores comparem, ao longo do tempo, informações entre empresas, para o mesmo período (Herath & Albarqi, 2017). A apresentação dos números e rácios dos índices financeiros contribui para a comparação com outras organizações (Beest et al., 2009). Platikanova e Perramon (2012) sugerem que a qualidade da informação financeira é elevada se os utilizadores tiverem a capacidade de identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenómenos económicos. Desta forma, as IFRS são propostas para eliminar externalidades da informação decorrentes da falta de comparabilidade.

Consegue-se a qualidade da compreensibilidade através de uma comunicação eficaz. Assim, quanto melhor for a compreensão da informação por parte dos utilizadores, maior será a qualidade alcançada (Cheung et al., 2010). Quando os relatórios anuais estão bem organizados, os utilizadores podem compreender quais são as suas necessidades (Beest et al., 2009).

2.4.2 Estimativas da Qualidade dos Resultados Contabilísticos

As demonstrações financeiras têm como objetivo apoiar os utilizadores na tomada de decisões, conforme descrito na Estrutura Conceptual de Contabilidade e Relato Financeiro CNC, que têm por base a Estrutura Conceptual do IASB (Pereira et al., 2023 e Schipper & Vicent, 2003).

A qualidade é determinada pela relevância do desempenho financeiro subjacente para a decisão e pela capacidade do sistema contabilístico para medir o desempenho. Esta definição de qualidade dos resultados sugere que a qualidade pode ser avaliada em relação a qualquer decisão que dependa de uma representação informativa do desempenho financeiro (Dechow et al., 2010).

As normas contabilísticas podem ter um impacto na qualidade da informação reportada e afetar os mercados financeiros. Por exemplo, a utilização ou aplicação incorreta da contabilidade pelo justo valor, contribuiu para a expansão e globalização da crise financeira de 2007/08 (Trombetta & Imperatore, 2014 e Kothary & Lester, 2012, citados por Cerqueira e Pereira, 2020). Outro fator que afeta a qualidade da informação contabilística são as condições económicas. Por exemplo, há evidências de que o impacto dos ciclos económicos na gestão de resultados depende da intensidade da crise financeira (Trombetta & Imperatore, 2014, citados por Cerqueira & Pereira, 2020). Por último, o conservadorismo pode ser um mecanismo eficiente de contratação e governação (Watts, 2003), embora outros autores considerem que o conservadorismo enviesada a informação contabilística, compromete a neutralidade e contribui para a tomada de decisões ineficientes (Barker & McGeachin, 2015 e Ruch & Taylor, 2015, citados por Cerqueira e Pereira, 2020).

A diversidade contabilística pode efetivamente advir da influência da fiscalidade na contabilidade. Em Portugal, o fator fiscal tem uma influência significativa na contabilidade, nomeadamente nos resultados contabilísticos. As diferenças entre a regulamentação contabilística e fiscal, que se tornam visíveis aquando do cálculo do lucro tributável, direciona para a retificação dos resultados contabilísticos, de modo a obter o resultado tributável (Pereira et al., 2023).

Brouwer e Naarding (2018), citados por Pereira et al. (2023), argumentaram que o tratamento contabilístico para os impostos diferidos está sob incerteza de estimativa e

juízo dos órgãos de gestão. As diferenças entre book-tax² podem ser temporais ou permanentes. As diferenças permanentes são factos que não podem ser revertidos em anos futuros, resultando em redução ou aumento definitivo da tributação e assim afetam um determinado período e não qualquer período posterior (Hanlon, 2005 e Blaylock et al., 2012, citados por Pereira et al., 2023). As diferenças temporárias ocorrem quando há uma despesa ou rendimentos não considerados para efeitos fiscais, no período em que ocorrem, mas que terão implicações fiscais futuras, ou seja, serão aceites ou tributáveis no futuro (Hanlon 2005 e Kimouche 2022, citados por Pereira et al., 2023). De acordo com o estudo de Pereira et al. (2023), as diferenças fiscais temporárias dedutíveis podem ser um possível mecanismo de gestão de resultados e produzem uma diminuição da persistência dos ganhos na componente dos acréscimos, mas não na componente de fluxos de caixa.

As construções de séries temporais associadas à qualidade dos ganhos incluem persistência, capacidade de previsão e variabilidade. A persistência das estimativas de resultados tem-se revelado, tanto teórica como empírica (Schipper & Vincent, 2003). Quando os resultados são compostos predominantemente por acréscimos, serão menos persistentes do que quando os resultados são compostos predominantemente por fluxos de caixa. Os acréscimos podem melhorar a utilidade dos ganhos para a tomada de decisões, apesar de terem uma persistência mais baixa (Dechow et al., 2010). Um número de resultados altamente persistente é visto pelos investidores como sustentável, ou seja, mais permanente e menos transitório. A capacidade de previsão da série de rendimentos que, tal como a persistência, é uma função do modelo de negócio de fatores económicos e das escolhas de relato. No caso das empresas cíclicas, muitas vezes de capital intensivo, podem ter resultados difíceis de prever, mas a causa subjacente é o modelo de negócio. Para estas empresas, a representação fiel do desempenho económico resulta numa falta de capacidade de previsão. O fator determinante é a variância da que, por sua vez, determina a variabilidade da série temporal das estimativas. Uma baixa variância da série de inovação implica uma baixa variabilidade das estimativas e vice-versa. Por outro lado, a suavidade está por vezes associada a demonstrações financeiras de elevada qualidade. Uma abordagem para avaliar a qualidade das demonstrações financeiras consiste em testar a existência de provas de que o rendimento é inerentemente suave (Schipper & Vincent, 2003).

² O termo “book tax” refere-se aos impostos apresentados nas finanças de uma empresa. (também referidos como seus “livros”). Investidores e credores usam essas demonstrações financeiras para entender a saúde financeira de empresas públicas e privadas.

De acordo com Dechow et al. (2010), o desempenho de uma empresa é observável e consiste nos fluxos de caixa gerados durante o período, mais a variação no valor de liquidação dos ativos líquidos. Quando uma empresa existe durante múltiplos períodos de relato, o desempenho representa três componentes:

- i) fluxos de caixa gerados durante o período corrente;
- ii) o valor presente dos fluxos de caixa que serão gerados em períodos futuros e que são o resultado de ações tomadas no período corrente; e
- iii) o valor presente da alteração no valor de liquidação dos ativos líquidos que são o resultado de ações tomadas no período corrente.

O reconhecimento acelerado de eventos económicos introduz erros de mensuração nos relatórios das demonstrações financeiras devido à previsão inadvertida ou erro de julgamento (Schipper & Vincent, 2003). Segundo Warfield e Wild (1992), o reconhecimento contabilístico atrasa eventos económicos e a quantidade de defasagem diminui a relevância dos ganhos. Por outras palavras, a existência de defasagem de reconhecimento contabilístico e o erro de mensuração que acompanha as tentativas de acelerar o reconhecimento, os relatórios financeiros de entidades cujos acordos comerciais contenham inúmeras transações de longa duração que apresentam problemas de difícil mensuração serão de baixa qualidade na dimensão relevância, se o reconhecimento contabilístico for atrasado, ou na dimensão de confiabilidade, se o reconhecimento contabilístico for acelerado.

2.5 A *International Accounting Standard 16*

A IAS 16 *Property, Plant and Equipment* (Ativos Fixos Tangíveis) sustenta este estudo, pelo que este tópico expõe uma breve revisão desta norma. A IAS 16 foi aprovada pelo Regulamento (CE) nº 1725/2003 da Comissão, de 21 de setembro de 2003, que adota as Normas Internacionais de Contabilidade, de acordo com o que está descrito no Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho (Regulamento (CE) nº 1725, 2003).

Os ativos fixos tangíveis são detidos para utilização na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a terceiros ou para fins administrativos e espera-se que seja utilizado durante mais que um período. O objetivo da IAS 16 é prescrever o tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis, para que os utilizadores das demonstrações

financeiras possam identificar informações sobre o investimento da entidade e as alterações nesse investimento (Muthupandian, 2009 e Epizitone, 2021).

No parágrafo 2, a IAS 16 descreve que esta norma não deve ser aplicada se verificar que “uma outra Norma exija ou permita um tratamento contabilístico diferente”, nomeadamente:

- i) Ativos fixos tangíveis classificados como detidos para venda de acordo com a IFRS 5 – “Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas”;
- ii) Ativos relacionados com a exploração e avaliação de recursos minerais segundo o disposto da IFRS 6 – “Exploração e Avaliação de Recursos Minerais”;
- iii) O descrito na IAS 41 – “Agricultura referindo os Ativos Biológicos relacionados com a atividade agrícola”;
- iv) Direitos minerais e reservas minerais tais como petróleo, gás natural e recursos não regenerativos semelhantes;
- v) Propriedades de investimento quando estas estão regidas pela IAS 40 “Propriedades de Investimento”.

Conceito: Os ativos fixos tangíveis são definidos como itens tangíveis que são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos; e que se espera que sejam usados durante mais do que um período contabilístico (IAS 16, § 6).

A natureza dos ativos fixos tangíveis, que é simplesmente tangível, indica e sugere a limitação da sua vida útil. A deterioração dos ativos fixos tangíveis é inevitável e como tal merece a atenção no seu reconhecimento e tratamento por uma entidade para otimizar totalmente esses ativos (Epizitone, 2021).

Tabela 1 – Conceitos aplicados aos ativos fixos tangíveis

Termo	Conceito
Custo	é a quantia de caixa e seus equivalentes paga ou o justo valor de outra retribuição dada para adquirir um ativo no momento da sua aquisição ou construção, ou reconhecimento inicial de acordo com os requisitos específicos de outras IFRSs.
Quantia Depreciável	é o custo de um ativo, ou outra quantia substituta do custo, menos o seu valor residual.
Depreciação	é a imputação sistemática da quantia depreciável de um ativo durante a sua vida útil.
Justo Valor	é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas.
Perda por Imparidade	é o excedente da quantia escriturada de um ativo, ou de uma unidade geradora de caixa, em relação à sua quantia recuperável.
Quantia Escriturada	é a quantia pela qual um ativo é reconhecido no Balanço, após a dedução de qualquer depreciação/amortização acumulada e de perdas por imparidade acumuladas inerentes.
Quantia Recuperável	é a quantia mais alta entre o justo valor de um ativo ou unidade geradora de caixa menos os custos de alienação e o seu valor de uso.
Valor específico para a entidade	é o valor presente dos fluxos de caixa que uma entidade espera que resultem do uso continuado de um ativo e da sua alienação no final da sua vida útil ou em que espera incorrer ao liquidar um passivo.
Valor residual	é a quantia estimada que uma entidade obteria correntemente pela alienação de um ativo, após dedução dos custos de alienação estimados, se o ativo já tivesse a idade e as condições esperadas no final da sua vida útil.
Vida útil	é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso ou o número de unidades de produção ou similares que uma entidade espera obter do ativo.

Fonte: § 6 da IAS 16

2.5.1 Reconhecimento

O custo de um item de ativo fixo tangível deve ser reconhecido como ativo caso se verifiquem as seguintes duas condições: (i) for provável que futuros benefícios económicos associados ao item fluam para a entidade; e (ii) o custo do item puder ser determinado com fiabilidade (IAS 16, § 7).

O reconhecimento de um item do ativo imobilizado é a base para que os utilizadores interessados incluam nas demonstrações financeiras informações de que a entidade tem uma fonte de longo prazo e pode beneficiar economicamente do seu uso a longo prazo (Abduxalimovna & Nabiyevich, 2021).

Os ativos fixos devem ser reconhecidos pelo seu custo, quando este ocorra, acrescido dos custos diretamente atribuíveis para instalar e colocar o ativo em condições operacionais para o uso pretendido (Costa, 2012). A IAS 16 (§6) define custo como a quantia em dinheiro ou equivalente paga ou o justo valor de outra retribuição dada para adquirir um ativo no momento da sua aquisição ou construção ou, quando aplicável, a quantia atribuída a esse ativo aquando do reconhecimento inicial de acordo com os requisitos específicos de outras IFRS.

A diferença entre ativos de curto e longo prazo depende da duração do ciclo operacional, ou seja, do período entre a compra e o consumo dos ativos ou a sua conversão em caixa ou equivalentes de caixa. Nos casos em que o ciclo prescrito não pode ser determinado com segurança, considera-se 12 meses. Os ativos de longo prazo são classificados quando são reconhecidos quanto à forma, tangível ou intangível, vida útil e método de utilização (Abduxalimovna & Nabiyevich, 2021).

2.5.2 Mensuração inicial

Um bem, instalação e equipamento que se qualifica para reconhecimento como ativo deve ser medido pelo seu custo (IAS 16, § 15).

Conforme mencionado pela norma, os custos necessários são custos de preparação do local; custos iniciais de entrega e de manuseamento; custos de instalação e montagem; custos de benefício dos empregados (IAS 19 Benefícios dos Empregados) decorrentes diretamente da construção ou aquisição de um item dos ativos fixos tangíveis; honorários de

profissionais; bem como custos de testar se o bem está a funcionar corretamente (IAS 16, § 17).

A IAS 16 (§ 19) expõe os seguintes custos que não são de um item do ativo fixo tangível:

- i) custos de abertura de novas instalações;
- ii) custos de introdução de um novo produto ou serviço;
- iii) custos com condução do negócio numa nova localização ou com nova classe de clientes;
- iv) custos de administração e outros custos gerais.

A substância sobre a forma é um princípio de supremacia das IFRS, segundo o qual as transações comerciais devem ser refletidas não apenas na forma legal, mas também nas demonstrações financeiras de acordo com sua essência e realidade económica. Por exemplo, se um ativo em construção na data do relatório está pronto para uso, mas não foi documentado para uso, já é um item do ativo tangível para fins de IFRS (Abduxalimovna & Nabiyeovich, 2021).

Um ativo fixo tangível é um ativo não monetário e, geralmente, é trocado por ativos monetários. No entanto, um ou mais itens do ativo fixo tangível podem ser adquiridos em troca de um ativo não monetário ou de uma combinação de ativos monetários e não monetários. Nestes casos, os custos desses ativos fixos tangíveis deverão ser mensurados ao justo valor, exceto se a transição não tem substância comercial; ou nem o justo valor do ativo recebido nem o justo valor do ativo entregue são mensurados com fiabilidade (IAS 16, § 24).

2.5.3 Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial dos itens dos ativos fixos tangíveis, deve-se ter em atenção sobre a mensuração posterior. Desta forma, é neste momento que a empresa escolhe quais as políticas contabilísticas que irá adotar para mensurar os seus ativos fixos tangíveis (IAS 16, § 29). A política contabilística anterior deve ser aplicada até ao momento da alteração. Para efeitos de comparabilidade das demonstrações financeiras, as alterações das políticas contabilísticas ocorrem a partir do ano seguinte (Molociniuc, 2021). Assim, de acordo com o parágrafo 29, as entidades podem optar entre dois modelos: o modelo do custo ou o modelo de revalorização (IAS 16, § 29).

O modelo de custo é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (IAS 16, § 30). Nos casos em que cada parte de um ativo fixo tangível tenha um custo que seja significativo em relação ao custo total do item, cada parte deve ser amortizada separadamente (IAS 16, § 43).

Por outro lado, o modelo de revalorização determina que o custo justo deve ser escriturado por um montante reavaliado menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade subsequentes. As reavaliações devem ser efetuadas com regularidade suficiente de modo a assegurar que o montante escriturado não difira materialmente do que seria determinado utilizando o justo valor no final do período de relato (IAS 16, § 31).

Quando um item dos ativos fixos tangíveis for revalorizado, toda a classe a que esse item pertence deve ser revalorizada. Os itens de uma classe dos ativos fixos tangíveis devem ser revalorizados simultaneamente, de modo a evitar a revalorização seletiva e o relato nas demonstrações financeiras de valores calculados em datas diferentes (Molociniuc, 2021).

Segundo Borges et al. (2010) e o parágrafo 35 da IAS 16, o tratamento contabilístico das depreciações acumuladas à data de revalorização dos ativos fixos tangíveis deve ser aquando da revalorização. Estas devem ser apuradas de uma das seguintes formas: recalculadas na proporção da alteração na quantia registada bruta do ativo a fim de que a quantia evidenciada no ativo após a revalorização iguale o montante revalorizado (este método é muitas vezes usado quando um ativo for revalorizado por meio da aplicação de um índice ao seu custo de reposição depreciado); ou eliminadas contra a quantia escriturada bruta do ativo, sendo a quantia líquida recalculada para a quantia revalorizada do ativo (este método é muitas vezes usado para os edifícios).

O mesmo parágrafo da IAS 16 referencia que o montante do ajustamento proveniente do recálculo da revalorização (descrito nos §§ 39 e 40) deve ser contabilizado do seguinte modo: a) os aumentos do ativo por revalorizações são contabilizados no capital próprio (excedentes de revalorização). No entanto, o aumento deve ser reconhecido nos lucros ou prejuízos na medida em que reverta uma diminuição de revalorização do mesmo ativo que tenha sido reconhecido anteriormente nos lucros ou prejuízos; e b) as diminuições de um ativo por revalorização são contabilizadas no capital próprio até ao montante dos excedentes de revalorização existentes. O remanescente será considerado gasto do período (Rodrigues, 2017).

Os efeitos dos impostos sobre o rendimento, se os houver, resultantes da revalorização do ativo fixo tangível são reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 12 “Impostos sobre o Rendimento” (IAS 16, § 42).

O custo de depreciação de cada período deve ser reconhecido nos resultados a menos que seja incluído na quantia escriturada de um outro ativo (IAS 16, § 48 e 49) e a quantia depreciável de um ativo deve ser imputada numa base sistemática ao longo da sua vida útil (IAS 16, § 50). No entanto, por vezes, os benefícios económicos futuros incorporados num ativo são absorvidos na produção de outro ativo. Neste caso, o gasto de depreciação constitui parte do custo do outro ativo e está incluído na sua quantia escriturada (IAS 16, § 49). A depreciação é reconhecida mesmo se o justo valor do ativo exceder a sua quantia escriturada, desde que o valor residual do ativo não exceda a sua quantia escriturada (IAS 16, § 52).

Os parágrafos 60 e 61, da IAS 16, esclarecem que cabe a cada entidade selecionar o método de depreciação que melhor espelha o modelo através do qual os benefícios económicos futuros incorporados no ativo sejam consumidos e avaliar o método de depreciação aplicado a um ativo. Este método deve ser revisto pelo menos no final de cada período contabilístico, e no caso de existir uma alteração significativa no modelo esperado de consumo dos benefícios económicos incorporados no ativo, o método deve ser alterado para refletir o modelo adotado. Estes métodos incluem o método da linha reta, o método do saldo decrescente e o método das unidades de produção (IAS 16, § 62).

A alteração do método deve ser contabilizada como alteração numa estimativa contabilística de acordo com a norma IAS 8 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (IAS 16, § 61 e Epizitone, 2021). Além disso, cada parte de um item do imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciada separadamente. Por exemplo, o custo do interior da aeronave pode ser depreciado separadamente do custo restante da aeronave (Epizitone, 2021). O valor residual também deve ser revisto seguindo os mesmos termos (IAS 16, § 51).

O tema das perdas por imparidade é tratado na norma IAS 36 – Imparidade de ativos. A IAS 36 esclarece como uma entidade revê a quantia escriturada dos seus ativos, como determina a sua quantia recuperável e quando reconhece ou reverte o reconhecimento de uma perda por imparidade (IAS 16, § 63). Uma entidade deve avaliar em cada data de relato se existe evidência, através de fontes internas e externas de informação, de que um ativo

possa estar com imparidade. Se existir, a entidade deve estimar a quantia recuperável do ativo (IAS 36, § 8 a 17).

2.5.4 Desreconhecimento

De acordo com o parágrafo 67 da IAS 16, a quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível deve ser desreconhecida: (i) no momento da alienação; ou (ii) quando não se espera benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação.

O ganho ou a perda decorrente do desreconhecimento de um item dos ativos fixos tangíveis deve ser incluído nos resultados quando o item for desreconhecido. Os ganhos deverão ser reconhecidos como réditos (IAS 16, § 68). O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível deve ser determinado como a diferença entre os valores líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada do bem (IAS 16, § 71).

A norma também define que o montante de contrapartida a ser incluído no ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível é determinado de acordo com os requisitos para determinar o preço de transação da IAS 18 – Rédito, refletindo o rendimento efetivo sobre a conta a receber (IAS 16, § 72).

2.5.5 Divulgação

No que respeita a apresentação das demonstrações financeiras, a IAS 16 nos parágrafos 73 e 74 determina a divulgação obrigatória. No parágrafo 73, indica que devem divulgar:

Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

- i) Métodos de depreciação usados;
- ii) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;
- iii) Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada, incluindo perdas por imparidade acumuladas, no início e no fim do período;
- iv) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, identificando: adições; os ativos fixos tangíveis classificados como ativos não correntes detidos para venda; alienações; aquisições através de concentrações de negócios; aumentos ou reduções durante o período resultantes de revalorizações segundo os parágrafos

31, 39 e 40 e de perdas por imparidade reconhecidas ou revertidas diretamente nos capitais próprios; perdas por imparidade reconhecidas nos resultados; perdas por imparidade revertidas nos resultados; depreciações reconhecidas no período; diferenças cambiais líquidas resultantes da transposição das demonstrações financeiras da moeda funcional para uma moeda de apresentação diferente, incluindo a transposição de uma operação estrangeira para a moeda de apresentação da entidade que relata; e outras alterações no valor contábilístico durante o período.

A norma no parágrafo 74 ainda acrescenta a necessidade de divulgar:

- i) A existência e quantias de restrições à titularidade e aos ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;
- ii) A quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de um ativo fixo tangível no decurso da sua construção;
- iii) A quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis;
- iv) Se não for divulgada separadamente na face da demonstração dos resultados, a quantia de compensação de terceiros por itens de ativos fixos tangíveis que estiverem com imparidade, perdidos ou cedidos, que seja incluída nos resultados.

Face às necessidades dos utentes das demonstrações financeiras, a norma encoraja ainda as empresas a divulgar informação que entenda ser relevante aos seus utilizadores (§ 79):

- i) A quantia escriturada do ativo fixo tangível que esteja temporariamente inativo;
- ii) A quantia escriturada bruta de qualquer ativo fixo tangível totalmente depreciado que ainda esteja em uso;
- iii) A quantia escriturada de ativos fixos tangíveis retirados de uso ativo e não classificados como detidos para alienação;
- iv) Quando o modelo do custo for usado, o justo valor do ativo fixo tangível quando este for materialmente diferente da quantia escriturada.

Se alguns itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, a norma estabelece que deve ser divulgado os seguintes elementos (§ 77):

- i) A data efetiva da revalorização;
- ii) Se esteve ou não envolvido um avaliador independente;

- iii) Para cada classe de ativos fixos tangíveis revalorizada, a quantia escriturada que teria sido reconhecida se os ativos tivessem sido escriturados de acordo com o modelo do custo;
- iv) O excedente de revalorização, indicando a alteração do período e quaisquer restrições na distribuição do saldo aos acionistas.

2.6 Revisão de estudos sobre a adoção da IAS

De acordo com vários estudos, a adoção das IFRS, especialmente a IAS 16, conduz a uma maior transparência, apresentação justa e verdadeira e comparabilidade de informações das demonstrações financeiras. Essas informações são muito úteis pois permite que as partes interessadas, como analistas financeiros, investidores e credores, tomem decisão informada e avaliam minuciosamente o seu investimento (Carson & Dowling, 2010, Latifah et al., 2012 e Scott 2012, citados por Epizitone, 2021).

Leuz e Verrecchia (2000) afirmam que a mudança do GAAP alemão para o IAS ou US GAAP representa um aumento substancial do compromisso das empresas para uma maior divulgação. Um compromisso de divulgação é uma decisão de uma empresa divulgar antes de conhecer o conteúdo da informação.

Kirli (2018) fez uma comparação sobre os diferentes métodos de depreciação na aquisição de uma máquina de tecelagem numa determinada empresa, à luz da IAS 16. Os resultados mostraram que os valores da quantia depreciável, depreciação, depreciação acumulada e valor contabilístico final são diferentes em cada um dos métodos. Este estudo proporcionou à empresa a vantagem de adotar o método que melhor reflita o padrão de consumo esperado dos benefícios económicos futuros incorporados na máquina de tecelagem.

Popovic et. al (2017) realizaram um estudo sobre a aplicação integral das IAS 16, através da análise SWOT a 114 empresas, das quais 10 são públicas e 104 outras empresas de uma cidade da Sérvia, Novi Sad, entre período de 2010-2015. Concluíram que a aplicação da IAS 16 tem múltiplos benefícios para empresas que aplicam na íntegra relatórios justos nas suas operações. Verificaram que, em 2010 mais de metade das empresas não aplicavam as IAS 16. No entanto, entre 2011 e 2012 a sua aplicação duplicou. De 2013 a 2015 analisaram apenas uma empresa pública que não aplicava a IAS 16 e concluíram que o

montante expresso em Edifícios e Equipamentos era o dobro do montante após a avaliação e aplicação da IAS 16.

Martinez-Ferrero (2014) estudou se o efeito da adoção das IFRS gerou maior gestão dos ganhos através de acréscimos em países como Reino Unido, Irlanda, Alemanha, Holanda, Espanha, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Suíça e França. Descobriu que, as empresas localizadas em áreas com menor percepção de corrupção, em países que adotaram as IFRS e nos casos de expansão do ciclo de negócios, a qualidade da informação financeira tem uma influência positiva no desempenho financeiro.

Narktabtee e Patpanichchot (2011) explicam como a melhoria da qualidade da informação contábilística depende das características do país e da empresa, que influenciam os incentivos ao relato: "as empresas que operam num ambiente de fraca proteção do investidor e têm características de empresa que induzem ou permitem os gestores utilizem uma elevada discricionariedade de gestão (ou seja, pequena dimensão, elevada volatilidade dos fluxos de caixa, elevada volatilidade das vendas e incidências frequentes de perdas) não registam melhorias significativas em termos de *value relevance* com a adoção das IFRS.

Lopes et al. (2010) investigaram a gestão dos ganhos (valor absoluto de acréscimos anormais), nalguns países da UE tais como Portugal, Áustria, Bélgica, Dinamarca e Finlândia. Concluíram que, para as empresas da UE, as IFRS produzem um efeito negativo na qualidade contábilística. Por outro lado, as empresas europeias, que não são membros da UE, tiveram um efeito positivo na adoção das IFRS, pois a qualidade contábilística melhora.

Daske et al. (2008) testaram os efeitos que a liquidez do mercado, o custo de capital e o *q Tobin's*, cuja amostra excedeu 3100 empresas. Descobriram que a liquidez do mercado aumentou após a adoção das IAS, o custo de capital das empresas diminuiu e a cotação das ações aumentaram. Estes resultados ocorreram apenas em mercados de capitais, muito devido aos incentivos que as empresas têm por serem transparentes, na qual verifica-se que a lei é mais vigorosa. Estes resultados são mais claros nas empresas que adotaram voluntariamente as IAS.

Ashbaugh e Pincus (2001) descobrem que o valor de mercado das empresas que adotam as IAS aumenta após a adoção e sugerem a adoção das IAS em antecipação à emissão de ações.

Comprix et al. (2003) consideram que, a reação positiva do mercado às notícias sobre a possibilidade de adoção das IFRS, na EU, está relacionada com o número de novas divulgações e medidas ao abrigo das IFRS relativamente à respetivas normas nacionais.

Os autores Silva et al. (2021) debateram sobre o modelo pré-IFRS anglo-saxónico versus europeu continental ao abrigo das IFRS. Para tal, fizeram 18 entrevistas a fiscalistas, das quais 9 em Portugal e 9 no Brasil, entre setembro de 2017 e fevereiro de 2018. Os resultados revelaram que entre sete e oito anos após a adoção formal das IFRS, a convergência contabilística internacional em Portugal e no Brasil ainda não tinha sido alcançada. A cultura representa um obstáculo à adoção e a influência da legislação é mais forte em Portugal do que no Brasil. Concluíram que a contabilidade encetou uma convergência com os interesses da gestão e dos investidores e o nível de implementação foi mais elevado no Brasil do que em Portugal.

2.7 Revisão de estudos sobre o grau de cumprimento das *International Accounting Standard 16*

As temáticas sobre o cumprimento dos requisitos da divulgação das normas contabilísticas de relato financeiro têm sido debatidas por alguns autores e tem ganho importância nos trabalhos de contexto académico. Vários autores focaram os seus estudos sobre a não conformidade com as IAS e o nível da divulgação das empresas que usam o normativo.

Costa e Oliveira (2015), estudaram o grau de cumprimento das divulgações da IAS 16 no anexo às demonstrações financeiras consolidadas das empresas cotadas da Euronex Lisboa, entre 2005 e 2010, com uma amostra de 55 empresas e concluíram que o cumprimento intermédio foi de 67,3%. Este estudo revelou-se coerente com outros estudos que serviram de comparação a estes autores.

Coste et al. (2014) estudaram a conformidade da IAS 16, IAS 36 e IAS 38 nas demonstrações financeiras de 30 empresas cotadas em bolsa, localizadas na Hungria e Roménia, no ano de 2011. Concluíram que as entidades cujas demonstrações financeiras estão em conformidade com a IAS/IFRS divulgam numa proporção média.

Hellman (2011) estudou a gestão de resultados por parte de empresas da Suécia e concluiu que a adoção voluntária das IFRS deu às empresas o poder discricionário utilizado para fins de gestão de resultados.

Al-Akra et al. (2010) avaliaram a influência dos regulamentos de divulgação contabilística, das mudanças de propriedade e das intervenções do governo que resultam de privatizações na conformidade da divulgação obrigatória das empresas da Jordânia. Concluíram que o cumprimento dos requisitos de divulgação das IAS é mais acentuado em 2004 (79%) do que em 1996 (55%). Em 2004, o tipo de auditor, a existência de uma comissão de auditoria, a dimensão da empresa e os rácios de liquidez surgiram como fatores significativos. Por outro lado, em 1996, o endividamento, a longo prazo, surgiu como uma variável significativa no cumprimento dos requisitos.

2.8 Hipóteses de investigação

Neste ponto será abordada a influência da qualidade dos resultados no que concerne à divulgação dos relatórios financeiros e serão desenvolvidas as hipóteses de investigação.

A qualidade dos resultados está condicionada à decisão da informação. Os resultados de maior qualidade fornecem mais informações sobre as características do desempenho financeiro de uma empresa que são relevantes para uma decisão específica tomada por um decisor específico. A qualidade de um número de resultados depende do facto de ser ou não informativo sobre o desempenho financeiro da empresa, pois muitos aspetos não são observáveis (Dechow et. al, 2010). Desta forma, uma elevada qualidade de reporte financeiro ajuda as empresas de subinvestimento a fazer investimentos, e as empresas com sobreinvestimento diminuir o seu nível de investimento (Gomariz & Ballesta, 2014).

Alguns autores assinalaram que a gestão de uma empresa pode beneficiar de responder às necessidades do analista financeiro através de uma melhor divulgação. Argumentam que se os analistas compreenderem o que se está a passar numa empresa têm mais probabilidades de ter uma empresa vista como favorável. Numa discussão sobre quais as vantagens para uma melhor divulgação financeira, Horngren (1957, pp. 599-610) declara:

As recomendações dos analistas influenciam as decisões, e, por conseguinte, os preços de mercado. Se os analistas forem mantidos bem informados, é provável que aconteça o seguinte:

1. Os analistas estarão geralmente mais interessados em empresas que divulgam em oposição àquelas que não o façam.
2. As atitudes favoráveis dos analistas resultam em maior razão de preço.
3. Os analistas bem informados são mais propensos a saber o que esperar do desempenho de uma empresa (Dhaliwal, 1980).
4. A longo prazo, os ganhos de uma empresa aumentam e o preço das ações será relativamente mais elevado. Isto tende a manter tanto a gerência como os acionistas satisfeitos, podendo gerar posteriormente uma emissão de novas ações. (Dhaliwal, 1980).

Essencialmente, a adoção das normas da IFRS dá um sinal positivo da qualidade da contabilidade e transmite mais transparência (Tendeloo & Vanstraelen, 2005). Numa linha semelhante, Daske e Gebhardt (2006) declaram que as empresas que obrigatoriamente ou voluntariamente implementam as IFRS tendem a exibir uma maior divulgação de qualidade do que as empresas que utilizam o GAAP (Iatridis, 2010).

Conforme a revisão da literatura elaborada e aos argumentos das teorias explicativas da divulgação, foram desenvolvidas cinco hipóteses explicativas relativas aos fatores potencialmente explicativos do grau de cumprimento dos requisitos da divulgação previstos na IAS 16, nomeadamente: a dimensão da empresa, o endividamento, o tipo de auditor, a rendibilidade e o grau de liquidez.

Dimensão da empresa:

A teoria da agência postula que uma empresa de maior dimensão esteja mais exposta a conflitos entre os gestores e os acionistas, resultando na existência de custos de agência. O tamanho da empresa é um variável *proxy* para atenção política. As entidades de maior dimensão tendem a diferir os seus ganhos (Kabir, 2011), estão mais sujeitas a implicações do governo e têm mais a perder do que as empresas menores (Jensen & Meckling, 1976 e Watts & Zimmerman, 1978). Por estes motivos, o tamanho da empresa é preponderante e influencia a qualidade das demonstrações financeiras (Herath & Albarqi, 2017). Desta forma, é esperado que as empresas de grande dimensão cumpram os requisitos da divulgação previstos na IAS 16, pelo que a hipótese 1 é formulada é a seguinte:

H1: Nas entidades com maior dimensão a conformidade da prática contabilística com a IAS 16 é mais elevada.

Esta hipótese converge com os estudos de Leuz e Verrecchia (2000) cujos resultados provaram que o tamanho da empresa influencia a adoção das IFRS.

Dumontier e Raffournier (1998) investigaram os fatores de conformidade de divulgação voluntária de 133 empresas suíças cotadas em bolsa, de acordo com a IAS 16, e concluíram que o tamanho da empresa tem um efeito positivo nas práticas de divulgação voluntária.

Por outro lado, Nicholls (1994), citado por Naser e Nuseibeh (2003), investigou fatores que influenciam o nível de cumprimento de empresas do Bangladesh com requisitos de divulgação obrigatória e descobriram que a dimensão da empresa não tem qualquer efeito a nível de divulgação.

Esen e Sakin (2009), citados por Erdem et al. (2017) avaliaram o nível de conformidade das empresas do índice 100 da Bolsa de Valores de Istambul em 2008 e descobriram que há uma relação positiva entre o nível de divulgação e tamanho da empresa.

Endividamento:

De acordo a teoria positiva da contabilidade, a hipótese de endividamento determina que as empresas com rácios de endividamento-capital mais elevados escolhem os procedimentos contabilísticos de modo a transferir os ganhos de períodos futuros para o período atual (Kabir, 2011) e, conseqüentemente, influencia negativamente a qualidade da informação financeira. Consistente com este argumento, Khuong et al. (2022) referem que as empresas com um elevado rácio dívida/ativos são mais propensas a ter problemas de financiamento, levando a uma menor persistência dos rendimentos. Também nesta linha, Pereira et al. (2023b) encontraram evidência que o endividamento tende a diminuir a qualidade dos resultados para uma amostra de pequenas e médias empresas.

Porém, a teoria da agência estabelece que a redução de incerteza e assimetria de informação suavizariam a comunicação entre gestores e outras partes interessadas que se relacionam e por sua vez reduzem os custos de dívida. Nesse sentido, Francis et al. (2004) argumentam que a persistência dos lucros é uma característica desejável que permite uma redução no custo da dívida. Na mesma linha, Cerqueira e Pereira (2020) argumentam que os credores preferem informação, por ser considerada de maior qualidade. Porém, Dyreng et al.

(2022) descobrem que para acionistas em empresas com um alto risco de violação do acordo, é melhor para as empresas envolver-se na gestão de resultados para evitar tal violação.

Seguindo esta corrente, que as empresas com mais endividamento apresentam vantagens em aumentar a qualidade do relato financeiro, é formulada a segunda hipótese deste estudo:

H2: Um maior grau de endividamento está positivamente relacionado com maior grau de conformidade.

Dumontier e Raffounier (1998) afirmaram, no seu estudo de conformidade de divulgação voluntária de 133 empresas suíças cotadas em bolsa, que a alavancagem que não têm efeito significativo nas práticas de divulgação voluntária. Por outro lado, Francis et al. (2005) concluíram que as empresas que necessitam de financiamento externo divulgam voluntariamente mais informação do que os requisitos mínimos de um país e têm custos de capital mais baixos.

Al-Shammari et al. (2008), citados por Erdem et al. (2017), analisaram as empresas do Estados membros do Gulf Cooperation Council entre 1996 e 2002. Identificaram 436 empresas que integravam o índice, mas apenas 137 relatórios anuais incluíam dados válidos para o estudo. Desenvolveram um índice de cumprimento com base em 14 normas internacionais de forma a comprovar o grau de cumprimento ao nível do reconhecimento e divulgação. Concluíram que nenhuma empresa cumpriu totalmente todas as exigências. Contudo, verificaram um aumento de 14% no nível médio de cumprimento (de 68% em 1996 para 82% em 2002). Este aumento progressivo foi visível em empresas que apresentaram níveis mais elevados de valor de mercado, “participação de capitais estrangeiros” e grau de alavancagem.

Tipo de auditor:

O tipo de auditor está relacionado com um maior grau de divulgação e qualidade às demonstrações financeiras. De acordo com Willekens (2008), citado por Herath e Albarqi (2017), o relatório dos auditores acrescenta valor à informação financeira e fornece uma garantia razoável da representação fiel dos acontecimentos económicos.

À luz da teoria da sinalização, os auditores são nomeados voluntariamente por empresas de maior qualidade, de forma a distinguirem-se das outras empresas do mercado (Chow, 1982).

De acordo com os estes argumentos, a hipótese 3 é a seguinte:

H3: Existe uma forte relação entre tipo de auditor e o nível de conformidade.

Esta hipótese vai ao encontro dos estudos de Street e Bryant (2000), que investigaram a não conformidade com a IAS. Descobriram que a reputação do auditor tem uma associação positiva significativa com o grau de conformidade. Contudo, no geral concluíram que há uma extensão significativa de não conformidade dos requisitos de divulgação da IAS.

Erdem et al. (2017) procuraram aferir os determinantes e fatores explicativos do nível de divulgação de informação para a IAS 16, com uma amostra de empresas industriais cotadas na Bolsa de Istambul em 2012 e 2013. Durante o estudo compararam o nível de conformidade e várias características empresariais nas divulgações e concluíram que o fator mais significativo de divulgação, em relação ao tamanho da empresa é a reputação do auditor.

Outros estudos abordados anteriormente de Dumontier e Raffournier (1998) e Nicholls (1994), citado por Naser e Nuseibeh (2003), concluíram também que a reputação do auditor determina um maior grau de cumprimento dos requisitos da IAS 16.

Rendibilidade:

Esta hipótese está de acordo com os argumentos da teoria positiva da contabilidade, da teoria da agência e da teoria da sinalização.

O aumento divulgações obrigatórias diminui os custos de agência resultantes de assimetrias de informação e reforça a reputação da gestão (Jensen & Meckling, 1976). Por outro lado, as empresas com maior rendibilidade têm custos políticos mais elevados decorrentes do elevado controlo do governo (Watts & Zimmerman, 1978).

A teoria da sinalização prevê que as empresas de maior qualidade escolherão políticas contabilísticas que permitam revelar a sua qualidade superior, de modo a valorizarem-se no mercado. Por conseguinte, as empresas que mais rentáveis estão mais disponíveis para cumprir de melhor forma a divulgação. De acordo com estes argumentos a hipótese 4 é a seguinte:

H4: A rendibilidade está positivamente relacionada com o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IAS 16.

Este teste de hipótese é pertinente, pois alguns estudos abordados anteriormente como Al-Shammari et al. (2008), citados por Erdem et al. (2017) e Dumontier e Raffournier (1998), não encontraram um efeito significativo da rendibilidade nas práticas de divulgação voluntária.

Liquidez:

A liquidez de um ativo significa a facilidade com que pode ser transacionado. Quanto mais líquidos forem os ativos de uma empresa, maior será o seu valor em vendas a curto prazo (Stewart & Raghuram, 1998, citados por Myers & Rajan, 1998). Dechow et al. (2010) sublinham que o desempenho de uma empresa é observável e consiste nos fluxos de caixa gerados durante o período mais a variação no valor de liquidação dos ativos líquidos.

De forma a confirmar a veracidade das afirmações a última hipótese a testar é:

H5: O grau de liquidez está positivamente relacionado com o nível de cumprimento dos requisitos de divulgação.

Segundo o estudo de Al-Akra et al. (2010) o rácio de liquidez foi significativo ao nível do cumprimento dos requisitos da divulgação das IAS, reduzindo tal conformidade. Por outro lado, no estudo de Al-Shammari et al. (2008), citados por Erdem et al. (2017), sobre grau de cumprimento ao nível do reconhecimento e divulgação, a liquidez revelou não ser significativa.

Tabela 2 - Hipóteses de investigação

H1	Nas entidades com maior dimensão a conformidade da prática contabilística com a IAS 16 é mais elevada.
H2	Um maior grau de endividamento está positivamente relacionado com maior grau de conformidade.
H3	Existe uma forte relação entre tipo de auditor e o nível de conformidade.
H4	A rendibilidade está positivamente relacionada com o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IAS 16.
H5	O grau de liquidez está positivamente relacionado com o nível de cumprimento dos requisitos de divulgação.

Fonte: Elaboração Própria

CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

3.1 Definição da Amostra

A investigação será desenvolvida através de uma abordagem quantitativa, na recolha de dados da plataforma SABI – Sistema de Análise de Balanços Ibéricos e respostas a um questionário. A amostra contém informação financeira do ano de 2021, definida por pesquisa booleana, por empresas portuguesas ativas, que adotem o SNC (cuja norma contabilística para os ativos fixos tangíveis é idêntica à IAS 16 (Lima, 2019)), da qual o número médio de trabalhadores do último ano seja igual ou superior a 50 (8 159 entidades). Após filtragem de entidades com e-mail disponível verificou-se uma redução da amostra para 7 286 entidades.

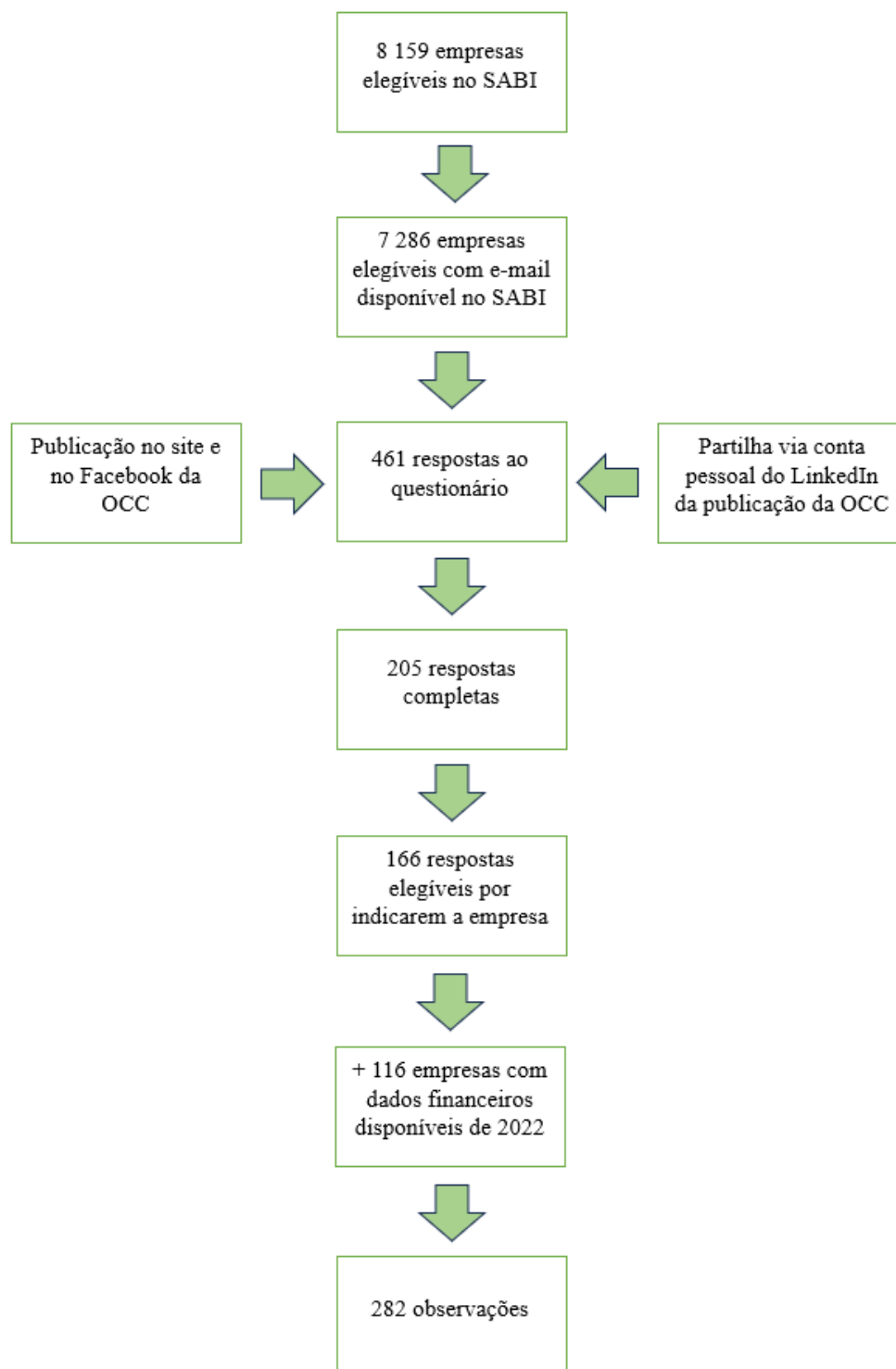
Depois de recolher os dados da plataforma SABI foi necessário endereçar, via correio eletrónico³, um pedido para preenchimento de um questionário⁴ elaborado na plataforma *ISCAP Survey* para as empresas da amostra. Devido à extensão da amostra, foi fundamental usar a conta de e-mail institucional e duas contas de e-mail pessoais. Para além da remissão dos pedidos por correio eletrónico, foi publicado no site e na rede social Facebook da OCC a 30/05/2023 e posteriormente partilhado conta pessoal da rede social LinkedIn.

Foram obtidas 461 respostas ao questionário, das quais apenas 205 responderam a todas as questões. Após analisar todas as respostas, 39 respostas foram excluídas pois não foi possível identificar a empresa. Por fim, atendendo ao princípio da consistência, que implica a manutenção das mesmas práticas contabilísticas de um exercício económico para outro, foram inclusas empresas cujos dados financeiros já estariam reportados na plataforma SABI, do ano de 2022. Desta forma, após a receção das 166 respostas ao questionário, foram acrescentadas à amostra 116 observações, das empresas que já tinham reportado o ano de 2022, perfazendo um total de 282 observações, conforme a figura 1.

³ Ver apêndice II.

⁴ Ver apêndice I.

Figura 1 - Amostra



Fonte: Elaboração própria

3.1.1 Definição das variáveis

Neste estudo são utilizadas 5 variáveis com o objetivo de relacionar as mesmas variáveis com o grau de conformidade dos requisitos de divulgação e mensuração previstos na IAS 16. Desta forma, as variáveis independentes utilizadas foram: a dimensão, o endividamento, o tipo de auditor, a liquidez e a rentabilidade.

Na tabela seguinte, podemos analisar a forma de cálculo das variáveis acima referidas.

Tabela 3 - Fórmulas usadas para as variáveis independentes

Variável independente	Fórmula usada
Dimensão	Total dos ativos (em forma logarítmica)
Endividamento	Passivo total / Capital próprio
Tipo de auditor	Variável dummy – 1 se for auditada por uma <i>Big Four</i> (Deloitte Touche Tohmatsu, PriceWaterhouseCoopers (PWC), Ernst & Young (EY) e KPMG); ou caso contrário – 0
Rendibilidade	Resultado líquido do exercício / Capital próprio
Liquidez	Ativo corrente / Passivo corrente

Fonte: Elaboração própria

Quanto à variável dependente “conformidade”, será calculada de acordo com as respostas ao questionário, no que concerne ao preenchimento dos requisitos previstos na IAS 16. Por cada resposta convergente com a rubrica da norma o valor será 1, caso contrário será 0. O questionário é discriminado por questões de mensuração e divulgação. Desta forma, permite calcular a conformidade respeitante à divulgação e mensuração, separadamente. O cálculo dos valores da variável dependente serão da seguinte forma:

$$1) \text{ Conform} = \frac{\sum \text{Respostas Convergentes}}{19}$$

$$2) \text{ Conform Divulgação} = \frac{\sum \text{Respostas Convergentes}}{10}$$

$$3) \text{ Conform Mensuração} = \frac{\sum \text{Respostas Convergentes}}{9}$$

3.1.2 Modelo OLS

O modelo de regressão linear OLS pode ser representado da seguinte forma:

$$4) Y_i = \beta_0 + \beta_1 X1_i + \beta_2 X2_i + \dots + \beta_k Xk_i + \varepsilon_i$$

Em que:

- Y_i : variável explicada do indivíduo i ;
- $\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_k$: coeficientes de regressão;
- $X1_i, X2_i, \dots, Xk_i$: variáveis explicativas do indivíduo i ;
- ε_i : componente de erro ou resíduos, que devem ser independentes e normalmente distribuídos com média zero e variância constante.

No âmbito do estudo apresentado, a variável explicada Y_i corresponde ao índice de conformidade de cumprimento dos requisitos de divulgação e de mensuração, das empresas integrantes na amostra. Os indivíduos (i) compreendem as empresas portuguesas de análise. Quanto às variáveis explicativas correspondem às variáveis explicativas anteriormente referidas.

3.2 Questionário

Um questionário é uma ferramenta para recolha de dados, através de um conjunto de perguntas escritas com o objetivo de obter informações ou opiniões sobre um conjunto alargado de indivíduos (Denis et al., 2012). De acordo com Fonseca (2002), a forma de mensuração mais utilizada são os questionários de escolha múltipla.

O questionário dirigido às empresas teve por base os requisitos dos parágrafos 73 e 74 da IAS 16. Na construção do questionário optou-se por utilização de questões de escolha múltipla com o objetivo de obtenção de um índice de conformidade com a maior precisão possível. O questionário está organizado por 3 grupos: A - dados estatísticos, B - divulgação e C - mensuração. O grupo A - dados estatísticos, define o perfil do participante e da empresa. O grupo B - divulgação, permite avaliar as empresas que divulgam as informações financeiras nas suas demonstrações financeiras. O grupo C - mensuração, permite conferir se as políticas contabilísticas usadas estão de acordo com o normativo.

Na tabela seguinte são apresentadas todas as questões expostas no questionário.

Tabela 4 – Questionário

Grupo A	Dados Estatísticos
A1	Idade
A2	Género
A3	Habilitações Literárias
A4	Número de Anos de Experiência Profissional
A5	Nome da Empresa
Grupo B	Divulgação
B1	As demonstrações financeiras divulgam os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta?
B2	As demonstrações financeiras divulgam os métodos de depreciação usados, as vidas úteis ou as taxas de depreciação?
B3	A quantia escriturada bruta e as depreciações acumuladas são divulgadas no início e no fim do período?
B4	As demonstrações financeiras divulgam uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que demonstre as alterações durante o período contabilístico?
B5	Divulga a existência e quantias de restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos?
B6	No caso de existir ativos em construção, divulga a quantia de gastos incorridos?
B7	Divulga os compromissos contratuais para adquirir bens, instalações e equipamentos?
B8	Divulga a compensação de terceiros por itens do ativo fixo tangível que estiveram com imparidade, perdidos ou cedidos?
B9	Se existiu revalorização dos ativos, na data da revalorização esteve um avaliador independente envolvido e houve divulgação?
B10	Fez alguma alteração de política contabilística nos últimos 5 anos no que se refere à divulgação (2017 a 2021)?
Grupo C	Mensuração
C1	Em quantias revalorizadas, o justo valor dos bens foi determinado por referências de preços observados no mercado ativo?

C2	Os juros de financiamento obtidos para a qualificação de um ativo fixo tangível são capitalizados?
C3	Na mensuração inicial são imputadas as estimativas das despesas necessárias para a remoção do equipamento no final da vida útil?
C4	A percentagem do valor a reconhecer no terreno é a que resulta do critério fiscal?
C5	O valor residual e a vida útil dos ativos fixos tangíveis são revistos anualmente?
C6	As despesas de manutenção e as despesas de beneficiação são ambas capitalizadas no ativo?
C7	O justo valor dos imóveis é obtido por referência ao mercado ativo?
C8	As despesas com locações operacionais são capitalizadas?
C9	Fez alguma alteração de política contabilística nos últimos 5 anos no que se refere à mensuração de ativos fixos tangíveis (2017 a 2021)?

Fonte: Elaboração própria

O questionário esteve disponível entre 1 de maio e 19 de junho.

O *layout* do questionário apresentado aos participantes é anunciado mais à frente, no apêndice 1.

3.3 Modelo econométrico

Para testar as hipóteses deste estudo é estimado o modelo econométrico seguinte, seguindo o modelo de conformidade de Bradshaw et al. (2004):

$$5) \text{ Conform}_{i,j} = \beta_0 + \beta_1 \text{Dim}_{i,j} + \beta_2 \text{Endiv}_{i,j} + \beta_3 \text{Tipoaud}_{i,j} + \beta_4 \text{Rendib}_{i,j} + \beta_5 \text{Liquid}_{i,j} + \varepsilon_{i,j}$$

Em que:

- $\text{Conform}_{i,j}$: é a variável dependente em forma de índice, calculado através do índice de conformidade das respostas obtidas do questionário comparativamente com os requisitos de divulgação previstos na IAS 16, da empresa num determinado ano;
- $\text{Dim}_{i,j}$: Dimensão, calculada de acordo com a tabela 2, da empresa num determinado ano;

- $Endiv_{i,j}$: Endividamento, calculado de acordo com a tabela 2, da empresa num determinado ano;
- $Tipoaud_{i,j}$: Tipo de auditor, calculado de acordo com a tabela 2, da empresa num determinado ano;
- $Rendib_{i,j}$: Rendibilidade, calculado de acordo com a tabela 2, da empresa num determinado ano.
- $Liquid_{i,j}$: Liquidez, calculado de acordo com a tabela 2, da empresa num determinado ano;
- $\varepsilon_{i,j}$: Termo de erro da regressão.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS EMPÍRICOS E A SUA ANÁLISE

Neste capítulo serão apresentados e analisados os resultados obtidos do questionário e das variáveis independentes em observação de modo a concretizar o estudo sobre o grau de cumprimento dos requisitos da IAS 16 por parte das empresas portuguesas e, adicionalmente, analisar os fatores que afetam tal cumprimento.

4.1 Análise de Estatísticas Descritivas

Na tabela 5 são apresentados os resultados da análise estatística descritiva das variáveis, dependente e independentes, usadas no estudo, para os anos 2021 e 2022.

Tabela 5 - Estatísticas Descritivas

Variável	Nº de observações	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio-Padrão
Conform	282	0,16	1	0,5379	0,53	0,154
Conform Divulgação	282	0,2	1	0,6606	0,7	0,1624
Conform Mensuração	282	0	1	0,4001	0,33	0,2185
Dim (Totais ativos fixos tangíveis, em unidades de milhares)	282	482,272	3001485	60123,78	13423,83	262159,3
Endiv	282	0,0149	4,541	0,553	0,5175	0,4713
Rendib	282	-7,567	1,8876	0,0882	0,0799	0,5643
Liquid	282	0,1094	22,8854	2,1331	1,626	2,1383

	Nº de observações	%
Tipoaud (<i>Big Four</i>)	52	18%
Tipoaud (Outras)	230	82%

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *R Studio*

Conforme a tabela 5, verifica-se que o índice de conformidade global médio das 282 observações é aproximadamente 54% e varia entre 16% e 100%. Adicionalmente, pela análise da tabela é possível afirmar que as empresas da amostra cumprem mais requisitos de divulgação do que de mensuração, com valores médios de 66% e 40%, respetivamente.

Quanto à variável dimensão (Dim), é possível observar uma grande dispersão tendo em consideração o desvio padrão, o valor máximo e mínimo. Já a variável endividamento (Endiv) varia entre 0,0149 e 4,541, com a média de 0,553, o que significa que em média o capital alheio financia 55,30% dos ativos das empresas. A variável rentabilidade (Rendib) apresenta o valor mínimo de 7,567 negativos e o valor máximo de 1,8876 positivos, com o valor médio de 0,0882. Em média os resultados líquidos superam 8,82% dos capitais próprios. A liquidez (Liquid) apresenta o valor médio de 2,1331, o que indica que, em média, as empresas estão estáveis a nível financeiro e são capazes de cumprir as suas responsabilidades a curto prazo. Quanto ao tipo de auditor (Tipoaud), apenas 18% das empresas são auditadas pelas *Big four*, enquanto 82% das empresas são auditadas por outras empresas de auditoria.

4.2 Análise Bivariada

A tabela 6 apresenta as correlações de Pearson na diagonal inferior, para a amostra em análise de 282 observações.

Tabela 6 - Coeficientes de correlação de Pearson

	Conform	Conform Divulgação	Conform Mensuração	Dim	Endiv	Tipoaud	Rendib	Liquid
Conform	1							
Conform Divulgação	0,1180	1						
Conform Mensuração	0,8547	0,0993	1					
Dim	0,1180	1	0,0993	1				
Endiv	0,0893	-0,1042	0,1858	-0,1042	1			
Tipoaud	0,1052	0,2733	0,0986	0,2733	-0,0198	1		
Rendib	0,0504	-0,0099	0,0269	-0,0099	-0,0144	0,0040	1	
Liquid	-0,1309	0,6739	-0,1242	0,6739	-0,3552	0,0980	0,0664	1

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *R Studio*

De acordo com a tabela 6, verifica-se que variável dimensão e o índice de conformidade de divulgação assumem uma correlação perfeita positiva. O índice de correlação global e o índice de conformidade de mensuração têm uma correlação forte, o que se deduz que o índice de conformidade global depende muito do índice de conformidade de mensuração. Por outro lado, o índice de conformidade global e o índice de conformidade de divulgação têm uma correlação desprezível, muito semelhante à correlação entre os índices de conformidade de divulgação e mensuração. Entre as variáveis liquidez e dimensão e a variável liquidez e o índice de conformidade de divulgação existem uma correlação moderada. Por fim, podemos concluir que as variáveis endividamento e liquidez têm uma correlação negativa fraca, o que significa que se o grau de endividamento sobe, o grau de liquidez desce, ou vice-versa.

4.3 Resultados de Estimação

Neste capítulo são apresentados os resultados de estimação de acordo com o modelo de regressão OLS. Através da inclusão de apenas 2 anos na amostra, foi possível verificar que este estudo segue o modelo OLS Pool. Os resultados serão apresentados na forma global e posteriormente analisados por divulgação e mensuração dos ativos fixos tangíveis, de acordo com as hipóteses em análise.

Tabela 7 - Resultados do modelo de regressão para índice de conformidade global

	Sinal Esperado	Coefficiente	<i>t-value</i>	Nível de significância
β_0 Constante	+	0,268424	3,932	***
β_1 Dim	+	0,029485	4,138	***
β_2 Endiv	+	0,023163	1,145	
β_3 Tipoaud	+	0,004768	0,19	
β_4 Rendib	+	0,019058	1,209	
β_5 Liquid	+	-0,013743	-2,995	**

F-statistic: 5,652

p-value: 0,00005584

*R*² ajustado: 0,07644

“***”, “**”, determina a significância estatística ao nível de 0.1% e 1%, respetivamente.

Variável dependente: índice de conformidade, de acordo com a IAS 16.

Variáveis independentes: Dim: dimensão; Endiv: endividamento; Tipoaud: tipo de auditor; Rendib: rendibilidade; Liquid: liquidez

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *R Studio*

De acordo com a tabela 7, o modelo de regressão global apresenta um coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajustado) de 7,64%. Revela-se estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,1% (***) e 1% (**) para as variáveis dimensão e liquidez, respetivamente. A variável dimensão influencia positivamente o grau de conformidade à semelhança dos estudos de Dumontier e Raffournier (1998), Francis et al. (2005), Al-Shammari et al. (2008) e Costa (2015). Isto é, por cada unidade da variável dimensão traduz num aumento de 2,95% no grau de conformidade. Por outro lado, contrariamente ao esperado, à semelhança do estudo de Al-Akra et al. (2010), o resultado da variável liquidez influencia negativamente a conformidade. Assim, as empresas com maior grau de liquidez são as que menos cumprem os requisitos da IAS 16, pois estão menos suscetíveis a escrutínio público. As outras variáveis não se demonstram estatisticamente significativas.

Para aprofundar o estudo sobre as determinantes da conformidade das empresas com a IAS 16, foi analisada separadamente a conformidade em termos de divulgação e mensuração.

A tabela 8 apresenta os resultados da estimação do modelo para a conformidade em termos da divulgação.

Tabela 8 - Resultados do modelo de regressão para índice de conformidade de divulgação

	Sinal Esperado	Coefficiente	<i>t-value</i>	Nível de significância
β_0 Constante	+	0,402687	5,602	***
β_1 Dim	+	0.031848	4,244	***
β_2 Endiv	+	-0,028189	-1,324	
β_3 Tipoaud	+	-0,011854	-0,448	
β_4 Rendib	+	0,022354	1,347	
β_5 Liquid	+	-0,015083	-3,121	**

F-statistic: 5,3

p-value: 0,0001146

R^2 ajustado: 0,07107

“***”, “**”, determina a significância estatística ao nível de 0.1% e 1%, respetivamente.

Variável dependente: índice de conformidade, de acordo com a IAS 16.

Variáveis independentes: Dim: dimensão; Endiv: endividamento; Tipoaud: tipo de auditor; Rendib: rendibilidade; Liquid: liquidez

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *R Studio*

Conforme a tabela 8, podemos concluir que as variáveis dimensão e liquidez têm o mesmo nível de significância do que na análise global da regressão e também o mesmo sinal. Assim, as empresas de maior dimensão são as que divulgam mais informação financeira e que confirma as teorias dos custos políticos, da agência e da sinalização. Por outro lado, a maior liquidez influencia negativamente a conformidade, sendo consistente com os resultados reportados por Al-Akra et al. (2010). As variáveis endividamento e tipo de auditor não assumem nenhum nível de significância, em concordância com o estudo de Dumontier e Raffournier (1998).

De seguida, a tabela 9 apresenta os resultados da estimação do modelo para a conformidade em termos da mensuração.

Tabela 9 - Resultados do modelo de regressão para índice de conformidade de mensuração

	Sinal Esperado	Coefficiente	<i>t-value</i>	Nível de significância
β_0 Constante	+	0,117132	1,203	
β_1 Dim	+	0,026894	2,646	**
β_2 Endiv	+	0,081421	2,822	**
β_3 Tipoaud	+	0,022874	0,638	
β_4 Rendib	+	0,015793	0,702	
β_5 Liquid	+	-0,012171	-1,859	.

F-statistic: 4,468

p-value: 0,0006241

*R*² ajustado: 0,05812

“***”, “.”, determina a significância estatística ao nível de 1% e 10%, respetivamente.

Variável dependente: índice de conformidade, de acordo com a IAS 16.

Variáveis independentes: Dim: dimensão; Endiv: endividamento; Tipoaud: tipo de auditor; Rendib: rendibilidade; Liquid: liquidez

Fonte: Elaboração própria com recurso ao *R Studio*

Com base na tabela 9, o índice de conformidade para a mensuração revela-se um pouco divergente do índice de conformidade global e de divulgação. Embora a variável dimensão continua a ter significância, com 1% (**), é possível inferir que as empresas de maior dimensão são as que apresentam um maior grau de cumprimento de mensuração dos requisitos da IAS 16. Curiosamente, a variável endividamento também demonstra-se estatisticamente significativa ao nível de 1% (**), semelhante aos estudos de Francis et al. (2005), Al-Shammari et al. (2008), Al-Akra et al. (2010) e Cerqueira e Pereira (2020). Desta forma, as empresas mais endividadas são que tendem a cumprir mais requisitos de

mensuração dos ativos fixos tangíveis. A variável liquidez apresenta apenas um nível de significância de 10% (.) e uma influência negativa sobre o modelo, conforme Al-Akra et al. (2010).

A harmonização e normalização contabilística internacional é um tema que tem sido muito debatido ao longo dos anos e tem vindo a ganhar força para a convergência das normas internacionais da contabilidade. As normas vieram permitir a redução de possíveis as divergências na divulgação e mensuração dos ativos fixos tangíveis e, desta forma contribuem para interpretação e comparação dos dados financeiros por partes dos utilizadores. Deste modo, este estudo teve como objetivo analisar e quantificar o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação e mensuração exigidos pela IAS 16.

Neste estudo foi construído um índice de conformidade de divulgação e mensuração através de um questionário dirigido às empresas da amostra. Assim sendo, constatou-se que as empresas da amostra têm um grau de cumprimento médio, cerca de 54%. Adicionalmente, foi realizada a pesquisa dos fatores que podem determinar maior ou menor conformidade da prática contabilística, seja ao nível da divulgação seja ao nível da mensuração, com o normativo contabilístico relativo aos ativos fixos tangíveis. Desta forma, o índice de divulgação revelou um grau cumprimento médio de 66%, enquanto o índice de mensuração de 40%. Para esse efeito foi realizada uma revisão de literatura, permitindo a formulação de cinco hipóteses de investigação de forma a averiguar os fatores que mais contribuem para a o cumprimento dos requisitos. As hipóteses testadas referem-se: à dimensão da empresa, ao endividamento, ao tipo de auditor, à rendibilidade e à liquidez.

Os resultados confirmaram a hipótese 1, sugerindo que as empresas de maior dimensão cumprem mais requisitos de divulgação e mensuração da IAS 16, sendo consistente com o estudo de Dumontier e Raffournier (1998). Por outro lado, a hipótese 2, a hipótese 3 e a hipótese 4 não revelaram significância estatística. Quanto à hipótese 5, contrariamente ao esperado, a liquidez afeta negativamente a conformidade tanto na conformidade geral, como na da divulgação e mensuração, apesar de apresentar significância estatística de 1% e 5% quando analisada isoladamente. Deste modo, pode-se concluir que as empresas com mais liquidez são as que menos tendem a cumprir com os requisitos de conformidade da prática contabilística. Este resultado é consistente com o estudo de Al-Akra et al. (2010) e que pode resultar do facto das empresas não dependerem dos credores para a obtenção de fundos.

Adicionalmente, a evidência empírica mostra que a dimensão continua a ser relevante quando analisadas as conformidades de divulgação e de mensuração de forma individual. Relativamente aos restantes fatores os resultados são idênticos à conformidade geral, exceto para a conformidade de mensuração em que a endividamento tende a afetar positivamente

tal conformidade sendo consistente com a teoria de agência, ou seja, a maior qualidade do relato financeiro reduz a assimetria de informação entre os agentes económicos que estão na empresa e os externos. Este resultado sugere que a qualidade da informação tende a ser mais elevada e por isso menos sujeita à gestão dos resultados nas práticas de mensuração do que nas práticas de divulgação.

Deste modo, esta investigação contribui para um maior conhecimento teórico das teorias da contabilidade e gestão que influenciam os fatores explicativos do cumprimento dos requisitos de divulgação dos ativos fixos tangíveis. Empiricamente, contribui para argumentar a realidade das empresas portuguesas no que concerne ao rigor das normas contabilísticas internacionais.

Durante o estudo foram encontradas algumas limitações, principalmente na obtenção de respostas ao questionário. A amostra final revelou-se bastante reduzida, tendo em conta a amostra inicial. Os resultados surgem com um menor grau de cumprimento médio dos requisitos de divulgação, em comparação com os resultados de estudos semelhantes, por exemplo, Al-Shammari et al. (2008) – 75%, Naser e Nuseibeh (2003) – 89% e Costa (2012) - 67,3%. Esta divergência deve-se muito à fraca adesão de respostas ao questionário das empresas auditadas pelas *Big Four* (18%).

Como proposta de futuras investigações, sugere-se a ampliação de períodos de análise de forma a estudar a evolução dos resultados, alargamento da amostra incluindo empresas cotadas com contas consolidadas e outras entidades que adotem voluntariamente as Normas Internacionais de Contabilidade. Adicionalmente, poderá ser debatido o impacto na dívida na conformidade para as entidades com níveis mais elevados de dívida (acima da média). Outra recomendação, passa por um estudo a empresas de um outro país, visto que as normas são internacionais e, assim permitirá comparar com os resultados deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abduxalimovna, A. Z., & Nabiyeovich, I. I. (2021). Organization of Long-Term Asset Accounting on the Basis of International Standards. *Central Asian Journal of Innovations on Tourism Management and Finance*, 2(11), 86-92.
- Al-Akra, M., Eddie, I. A., & Ali, M. J. (2010). The influence of the introduction of accounting disclosure regulation on mandatory disclosure compliance: Evidence from Jordan. *The British Accounting Review*, 42(3), 170-186.
- Ashbaugh, H., & Pincus, M. (2001). Domestic accounting standards, international accounting standards, and the predictability of earnings. *Journal of accounting research*, 39(3), 417-434.
- Beest, F. V., Braam, G. J. M., & Boelens, S. (2009). Quality of Financial Reporting: measuring qualitative characteristics.
- Bendickson, J., Muldoon, J., Liguori, E., & Davis, P. E. (2016). Agency theory: the times, they are a-changin'. *Management decision*, 54(1), 174-193.
- Borges, A., Rodrigues, A., & Rodrigues, R. (2010). Elementos de Contabilidade Geral (25a ed.). Lisboa: Áreas Editora.
- Botelho, R. A. (2014). Cumprimento dos requisitos de divulgação dos Ativos Fixos Tangíveis. *Estudos do ISCA*, (8).
- Botosan, C. A., & Plumlee, M. A. (2002). A re-examination of disclosure level and the expected cost of equity capital. *Journal of accounting research*, 40(1), 21-40.
- Bradshaw, M. T., Bushee, B. J., & Miller, G. S. (2004). Accounting choice, home bias, and US investment in non-US firms. *Journal of accounting research*, 42(5), 795-841.
- Bradshaw, M., & Miller, G. (2008). Will harmonizing accounting standards really harmonize accounting? Evidence from non-U.S. firms adopting U.S. GAAP. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, Vol. 23, p. 233–263. <https://doi.org/10.1177/0148558X0802300206>
- Bushman, R. M., & Smith, A. J. (2001). Financial accounting information and corporate governance. *Journal of accounting and Economics*, 32(1-3), 237-333.

- Camfferman, K., & Stephen, A. Zeff (2018). The Challenge of Setting Standards for a Worldwide Constituency: Research Implications from the IASB's Early History. *European Accounting Review*, 27:2, 289-312. <https://doi.org/10.1080/09638180.2017.1296780>
- Cerqueira, A., & Pereira, C. (2020). The effect of economic conditions on accounting conservatism under IFRS in Europe. *Review of Economic Perspectives*, 20(2), 137-169. <https://doi.org/10.2478/revecp-2020-0007>
- Chambers, R. J. (1993). Positive accounting theory and the PA cult. *Abacus*, 29(1), 1-26.
- Cheung, E., Evans, E., & Wright, S. (2010). An historical review of quality in financial reporting in Australia. *Pacific Accounting Review*.
- Chow, C. W. (1982). The demand for external auditing: Size, debt and ownership influences. *Accounting Review*, 272-291.
- Christenson, C. (1983). The methodology of positive accounting. *Accounting Review*, 1-22.
- Clarkson, P., Guedes, J., & Thompson, R. (1996). On the diversification, observability, and measurement of estimation risk. *Journal of Financial and Quantitative analysis*, 31(1), 69-84.
- Comissão Europeia (2007). Regulamento (CE) n.o 1725/2003 da Comissão de 29 de setembro de 2003 que adopta certas normas internacionais de contabilidade, nos termos do Regulamento (CE) n.o 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho (Texto relevante para efeitos do EEE). [Regulamento \(CE\) n.o 1725/2003 da Comissão de 29 de Setembro de 2003 que adopta certas normas internacionais de contabilidade, nos termos do Regulamento \(CE\) n.o 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho \(Texto relevante para efeitos do EEE\) - Publications Office of the EU \(europa.eu\)](#)
- Comprix, J., Muller, K., & Standford-Harris, M. (2003). Economic consequences from mandatory adoption of IASB standards in the European Union, *Arizona State University. Working Paper unpublished.*

- Costa, F. J. F. D. (2012). *A divulgação dos Ativos Fixos Tangíveis segundo a IAS 16 e o seu grau de cumprimento: uma análise ao anexo* (Doctoral dissertation).
- Coste, A. I., Tudor, A. T., & Pali-Pista, S. F. (2014). Compliance of non-current assets with IFRS requirements concerning the information disclosure—case study. *Procedia Economics and Finance*, *15*, 1391-1395.
- da Fonseca, R. C. V. (2002). *Metodologia do Trabalho Científico*. IESDE BRASIL SA.
- Daske, H., Hail, L., Leuz, C., & Verdi, R. (2008). Mandatory IFRS reporting around the world: Early evidence on the economic consequences. *Journal of accounting research*, *46*(5), 1085-1142.
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of accounting and economics*, *50*(2-3), 344-401. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>
- Delloite (s.d), IAS 16 — Activos Fixos Tangíveis. Acedido a 13 de Março de 2023 de <https://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias16>
- Demski, J. S. (1988). Positive accounting theory: A review. *Accounting, Organizations and Society*, *13*(6), 623-629.
- Dennis, A., Wixom, B. H., & Roth, R. M. (2012). *System Analysis and Design* 5th edition. New Jersey: John Wiley & Sons. Inc. United States of America.
- Dhaliwal, D. S. (1980). Improving the quality of corporate financial disclosure. *Accounting and Business Research*, *10*(40), 385-391.
- Diamond, D. W., & Verrecchia, R. E. (1991). Disclosure, liquidity, and the cost of capital. *The journal of Finance*, *46*(4), 1325-1359.
- Duke, J. C., & Hunt III, H. G. (1990). An empirical examination of debt covenant restrictions and accounting-related debt proxies. *Journal of accounting and Economics*, *12*(1-3), 45-63.
- Dumontier, P., Raffournier, B. 1998. Why Firms Comply Voluntarily with IAS: An Empirical Analysis with Swiss Data. *Journal of International Financial Management and Accounting*, *9*(3), 216-245. <https://doi.org/10/cs9v83>

- Dyreg, S., Hillegeist, S., & Penalva, F. (2022). Earnings management to avoid debt covenant violations and future performance. *European Accounting Review*, 31(2), 311-343. <http://dx.doi.org/10.1080/09638180.2020.1826337>
- Eisenhardt, K. M. (1989). Agency theory: An assessment and review. *Academy of management review*, 14(1), 57-74.
- Ekhholm, B. G., & Troberg, P. (1998). Quo vadis true and fair view?. *Journal of international accounting, auditing and Taxation*, 7(1), 113-129.
- Epizitone, A. (2021). INTERNATIONAL CRITIQUE ON THE IAS16 PRESCRIPTION APPLICATION AND TREATMENT. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 25(1), 1-16.
- Erdem, S., Aslanertik, E., & Yardimci, B. (2017). The main determinants of differences in compliance levels of disclosure items for IAS 16 in BIST. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 15(3), 317-332.
- EUR-Lex. Documento 32002R1606 (2008). Regulamento (CE) n.o 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade. <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2002/1606/oj>
- Fama, E. F., & Jensen, M. C. (1983). Agency problems and residual claims. *The journal of law and Economics*, 26(2), 327-349.
- FEKETE, S., Cuzdriorean-Vladu, D., Albu, C. N., & Nadia, A. L. B. U. (2012). Is SMEs accounting influenced by taxation? Some empirical evidence from Romania. *African Journal of Business Management*, 6(6), 2318.
- Ferreira da Costa, F. J., & Alves Morais de Oliveira, L. C. (2015). A divulgação dos ativos fixos tangíveis segundo a ias 16 e o seu grau de cumprimento. *Innovar*, 25 (Edición especial), 47-60.
- Francis, J., Khurana, I. and Pereira, R. (2005) Disclosure incentives and effects on cost of capital around the world, *The Accounting Review*, 80(4), pp. 1125–1162

- Francis, J., Lafond, R., Olsson, P. M., & Schipper, K. (2004). Costs of equity and earnings attributes. *The Accounting Review*, 79(4), 967-1010. <http://dx.doi.org/10.2308/accr.2004.79.4.967>
- Gajevszky, A. (2015). Assessing Financial Reporting Quality: Evidence from Romania. *Audit Financiar*, 13(121).
- Gelb, D. S., & Zarowin, P. (2002). Corporate disclosure policy and the informativeness of stock prices. *Review of accounting studies*, 7, 33-52.
- Glosten, L. R., & Milgrom, P. R. (1985). Bid, ask and transaction prices in a specialist market with heterogeneously informed traders. *Journal of financial economics*, 14(1), 71-100.
- Gomariz, M. F. C., & Ballesta, J. P. S. (2014). Financial reporting quality, debt maturity and investment efficiency. *Journal of banking & finance*, 40, 494-506.
- Healy, P. M., & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 405-440.
- Hellman, N., 2011. Soft Adoption and Reporting Incentives: A Study of the Impact of IFRS on Financial Statements in Sweden, *Journal of International Accounting Research* 10(1), pp. 61–83
- Hellmann, A., & Patel, C. (2021). Translation of International Financial Reporting Standards and implications for judgments and decision-making. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, Vol. 30, 100479. <https://doi.org/10.1016/j.jbef.2021.100479>
- Herath, S. K., & Albarqi, N. (2017). Financial reporting quality: A literature review. *International Journal of Business Management and Commerce*, 2(2), 1-14.
- Hill, C. W., & Jones, T. M. (1992). Stakeholder-agency theory. *Journal of management studies*, 29(2), 131-154.

- Holthausen, R. (2009). Accounting standards, financial reporting outcomes, and enforcement. *Journal of Accounting Research*, Vol. 47, p. 447–458. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2009.00330.x>
- Hope, O. K., & Thomas, W. B. (2008). Managerial empire building and firm disclosure. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 591-626.
- Horngren, C. T. (1957). Disclosure: 1957. *The Accounting Review*, 32(4), 598-604.
- Iatridis, G. (2010). International Financial Reporting Standards and the quality of financial statement information. *International review of financial analysis*, 19(3), 193-204.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), 305-360.
- Kabir, H. (2011). Positive accounting theory and science. *Journal of Centrum Cathedra*, 3(2), 136-149.
- Khuong, N. V., Rahman, A. A. A., Thuan, P. Q., Liem, N. T., Anh, L. H. T., Thuy, C. T. M., & Ly, H. T. N. (2022). Earnings management, board composition and earnings persistence in emerging market. *Sustainability*, 14(3), 1061-1076. <http://dx.doi.org/10.3390/su14031061>
- Kirli, M. (2018). Comparison of Depreciation Methods in " International Accounting Standard 16 Property, Plant and Equipment" and an Application. *Annals of the University Dunarea de Jos of Galati: Fascicle: I, Economics & Applied Informatics*, 24(3).
- Lambert, R. A. (2006). Agency theory and management accounting. *Handbooks of management accounting research*, 1, 247-268.
- Leuz, C., & Verrecchia, R. E. (2000). The economic consequences of increased disclosure. *Journal of accounting research*, 91-124.
- Lima, A. D. S. (2019). O nível de divulgação de informação pelas entidades do PSI-20, no âmbito das IAS 16, entre 2014 e 2018 (Doctoral dissertation, ISCAL).

- Lopes, C., Cerqueira, A., & Brandão, E. (2010). Impact of IFRS adoption on accounting quality in European firms. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, 6(9), 20.
- Luty, P., & Petkovic, M. (2021). Does Adoption of Latest Modifications of IAS 16 Influence on Company's Profitability? Evidence from European Companies. *European Research Studies Journal*, 24(3).
- Martínez-Ferrero, J. (2014). Consequences of financial reporting quality on corporate performance: Evidence at the international level. *Estudios de economía*, 41(1), 49-88.
- Mitchell, R., & Meacheam, D. (2011). Knowledge worker control: understanding via principal and agency theory. *The Learning Organization*.
- Mitnick, B. M. (2015). Agency theory. *Wiley encyclopedia of management*, 1-6.
- Molociniuc, M. (2021). Comparative Analysis of Measurement after Recognition of Property, Plant and Equipment–IAS 16 vs. OMPF No. 1802/2014. *CECCAR Business Review*, 2(03), 59-72.
- Morris, R. D. (1987). Signalling, agency theory and accounting policy choice. *Accounting and business Research*, 18(69), 47-56.
- Muthupandian, K. S. (2009). IAS 16 Property, Plant and Equipment-A Closer Look.
- Myers, S. C., & Rajan, R. G. (1998). The paradox of liquidity. *The Quarterly Journal of Economics*, 113(3), 733-771.
- Narktabtee, K., & Patpanichchot, S. (2011). The impact of country-level vs firm-level factors on the effectiveness of IFRS adoption: The case of European Union. *International Business & Economics Research Journal (IBER)*, 10(10), 79-92.
- Naser, K., & Nuseibeh, R. (2003). Quality of financial reporting: evidence from the listed Saudi nonfinancial companies. *The International Journal of Accounting*, 38(1), 41-69.
- Nobes, C. (1996a). *International Accounting Standards: Strategy, Analysis and Practice*. FT Financial Publishing, Pearson Professional Limited. Londres.

- Noreen, E. (1988). The economics of ethics: A new perspective on agency theory. *Accounting, Organizations and society*, 13(4), 359-369.
- Patty, T. F. Q., Lamawitak, P. L., Goo, E. E. K., & Herdi, H. (2021). Positive And Normative Accounting Theory: Definition And Development. *INTERNATIONAL JOURNAL OF ECONOMICS, MANAGEMENT, BUSINESS, AND SOCIAL SCIENCE (IJEMBIS)*, 1(2), 184-193.
- Pereira, Â., Pereira, C., Gomes, L., & Lima, A. (2023a). Do Taxes Still Affect Earning Persistence?. *Administrative Sciences*, 13(2), 48. <https://doi.org/10.3390/admsci13020048>
- Pereira, C., Gomes, L., & Lima, A. (2023b). Impact of debt and taxes on earnings persistence of Portuguese SMEs. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 25(2), p.186-198. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v25i2.4222>
- Platikanova, P., & Perramon, J. (2012). Economic consequences of the first-time IFRS introduction in Europe. *Spanish Journal of Finance and Accounting/Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 41(156), 497-519.
- Popović, S., Novaković, S., Đuranović, D., Mijić, R., Grublješić, Ž., Aničić, J., & Majstorović, A. (2017). Application of international accounting standard-16 in a public company with predominantly agricultural activities. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 30(1), 1850-1864.
- Rodrigues, J. (2017). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado* (6.^a ed.). Porto: Porto Editora.
- Schipper, K. (2005). The introduction of International Accounting Standards in Europe: Implications for international convergence. *European Accounting Review*, 14(1), 101-126. <https://doi.org/10.1080/0963818042000338013>
- Schipper, K., & Vincent, L. (2003). Earnings quality. *Accounting horizons*, 17, 97-110.
- Sengupta, P. (1998). Corporate disclosure quality and the cost of debt. *Accounting review*, 459-474.

- Shapiro, S. P. (2005). *Agency theory*. *Annu. Rev. Sociol.*, 31, 263-284.
- Shil, N. C., Das, B., & Pramanik, A. K. (2009). Harmonization of Accounting Standards through *Internationalization*. *International Business Research*, 2(2). <https://doi.org/10.5539/IBR.V2N2P194>
- Silva, A. P., Fontes, A., & Martins, A. (2021). Perceptions regarding the implementation of international financial reporting standards in Portugal and Brazil. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 44, 100416.
- Smith Jr, C. W., & Warner, J. B. (1979). On financial contracting: An analysis of bond covenants. *Journal of financial economics*, 7(2), 117-161.
- Soderstrom, N. S., & Sun, K. J. (2007). IFRS adoption and accounting quality: a review. *European accounting review*, 16(4), 675-702. <https://doi.org/10.1080/09638180701706732>
- Street, D. L., & Bryant, S. M. (2000). Disclosure level and compliance with IASs: A comparison of companies with and without US listings and filings. *The International Journal of Accounting*, 35(3), 305-329.
- Van Tendeloo, B., & Vanstraelen, A. (2005). Earnings management under German GAAP versus IFRS. *European accounting review*, 14(1), 155-180.
- Warfield, T. D., & Wild, J. J. (1992). Accounting recognition and the relevance of earnings as an explanatory variable for returns. *Accounting Review*, 821-842.
- Watts, R. L. (2003). Conservatism in accounting part I: Explanations and implications. *Accounting horizons*, 17(3), 207-221.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1978). Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *Accounting review*, 112-134.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1986). Positive accounting theory.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory: a ten year perspective. *Accounting review*, 131-156.

Wolk, H.I., Francis, J.R., Tearney, M.G. 1989. Accounting theory: A conceptual and institutional approach (2nd ed). PWS-Kent Pub. Co.

Zogning, F. (2017). Agency theory: A critical review. *European journal of business and management*, 9(2), 1-8.

Apêndice I – Questionário

Divulgação dos Ativos Fixos Tangíveis de Acordo com a IAS 16 - Grau de Divulgação das Empresas em Portugal

Este estudo analisa o grau do cumprimento dos requisitos de divulgação dos ativos fixos tangíveis de acordo com a **International Accounting Standard 16**, integrado no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Muito obrigado por despendere do seu tempo para colaborar neste estudo. Este estudo tem como objetivo analisar o grau de divulgação dos Ativos Fixos Tangíveis das empresas em Portugal, de acordo com os pressupostos da IAS 16. O seu preenchimento demorará cerca de 10 minutos.

O presente estudo está inserido numa dissertação de Mestrado de Contabilidade e Finanças do Instituto de Contabilidade e Administração do Porto.

A privacidade e a proteção dos dados estão de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados da UE.

A segurança e a proteção de dados são asseguradas através do armazenamento dos mesmos num equipamento protegido por palavra-passe. A confidencialidade e a privacidade dos dados são garantidas pelo anonimato das respostas.

Não é requerida qualquer autenticação eletrónica.

There are 24 questions in this survey.

To continue please first accept our survey data policy.

Seguinte

Dados Estatísticos

*Idade:

*Género:

● Escolha uma das seguintes respostas

- Masculino
 Feminino
 Outro
 Prefiro não dizer

*Habilitações Literárias:

● Escolha uma das seguintes respostas

- Ensino Básico
- Ensino Secundário/Curso Tecnológico/Curso Profissional
- Bacharelato
- Licenciatura
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutoramento

*Número de Anos de Experiência Profissional:

*Nome da Empresa:

Anterior

Seguinte

Divulgação

Pretende-se respostas às questões seguintes reportadas à data de 31/12/2021:

*As demonstrações financeiras divulgam os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta?

● Escolha uma das seguintes respostas

- Sim
- Não

*As demonstrações financeiras divulgam os métodos de depreciação usados, as vidas úteis ou as taxas de depreciação?

● Escolha uma das seguintes respostas

- Sim
- Não

*A quantia escriturada bruta e as depreciações acumuladas são divulgadas no início e no fim do período?

● Escolha uma das seguintes respostas

- Sim
- Não

*As demonstrações financeiras divulgam uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que demonstre as alterações durante o período contábilístico?

Escolha uma das seguintes respostas

- Sim
 Não

*Divulga a existência e quantias de restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos?

Escolha uma das seguintes respostas

- Sim
 Não

*No caso de existir ativos em construção, divulga a quantia de gastos incorridos?

Escolha uma das seguintes respostas

- Sim
 Não
 Não se aplica

*Divulga os compromissos contratuais para adquirir bens, instalações e equipamentos?

Escolha uma das seguintes respostas

- Sim
 Não

*Divulga a compensação de terceiros por itens do ativo fixo tangível que estiveram com imparidade, perdidos ou cedidos?

Escolha uma das seguintes respostas

- Sim
 Não

*Se existiu revalorização dos ativos, na data da revalorização esteve um avaliador independente envolvido e houve divulgação?

Escolha uma das seguintes respostas

- Sim
 Não
 Não existiu revalorização

*Fez alguma alteração de política contábilística nos últimos 5 anos no que se refere à divulgação (2017 a 2021)?

Escolha uma das seguintes respostas

- Sim
 Não

Anterior

Seguinte

Mensuração

Pretende-se respostas às questões seguintes reportadas à data de 31/12/2021:

*Em quantias revalorizadas, o justo valor dos bens foi determinado por referências de preços observados no mercado ativo?

● Escolha uma das seguintes respostas

Sim

Não

*Os juros de financiamento obtidos para a qualificação de um ativo fixo tangível são capitalizados?

● Escolha uma das seguintes respostas

Sim

Não

Não se aplica

*Na mensuração inicial são imputadas as estimativas das despesas necessárias para a remoção do equipamento no final da vida útil?

● Escolha uma das seguintes respostas

Sim

Não

*A percentagem do valor a reconhecer no terreno é a que resulta do critério fiscal?

● Escolha uma das seguintes respostas

Sim

Não

*O valor residual e a vida útil dos Ativos Fixos Tangíveis são revistos anualmente?

● Escolha uma das seguintes respostas

Sim

Não

*As despesas de manutenção e as despesas de beneficiação são ambas capitalizadas no ativo?

Escolha uma das seguintes respostas

- Sim
 Não

*O justo valor dos imóveis é obtido por referência ao mercado ativo?

Escolha uma das seguintes respostas

- Sim
 Não

*As despesas com locações operacionais são capitalizadas?

Escolha uma das seguintes respostas

- Sim
 Não

*Fez alguma alteração de política contabilística nos últimos 5 anos no que se refere à mensuração de ativos fixos tangíveis (2017 a 2021)?

Escolha uma das seguintes respostas

- Sim
 Não

Anterior

Submeter

Apêndice II – E-mail enviado para as empresas

“Exmos. Senhores,

O meu nome é Vítor Alves e sou estudante do Mestrado de Contabilidade e Finanças do Instituto de Contabilidade e Administração do Porto. No âmbito da elaboração da minha dissertação, solicito a sua participação no seguinte questionário dirigido às empresas em Portugal. O presente estudo pretende analisar o grau de divulgação dos Ativos Fixos Tangíveis de acordo com a IAS 16.

Todas as respostas são anónimas e destina-se a colaboradores dos departamentos de Contabilidade e Finanças. O questionário demorará cerca de 10 minutos a ser preenchido.

Caso não seja a pessoa mais indicada para responder a este questionário agradeço o seu encaminhamento.

Desde já agradeço o tempo despendido e a sua colaboração.

Segue o link para preenchimento do questionário, por favor:

<https://online.iscap.ipp.pt/iscapsurvey/index.php/123934?lang=pt>

Com os melhores cumprimentos,

Vítor Alves”